

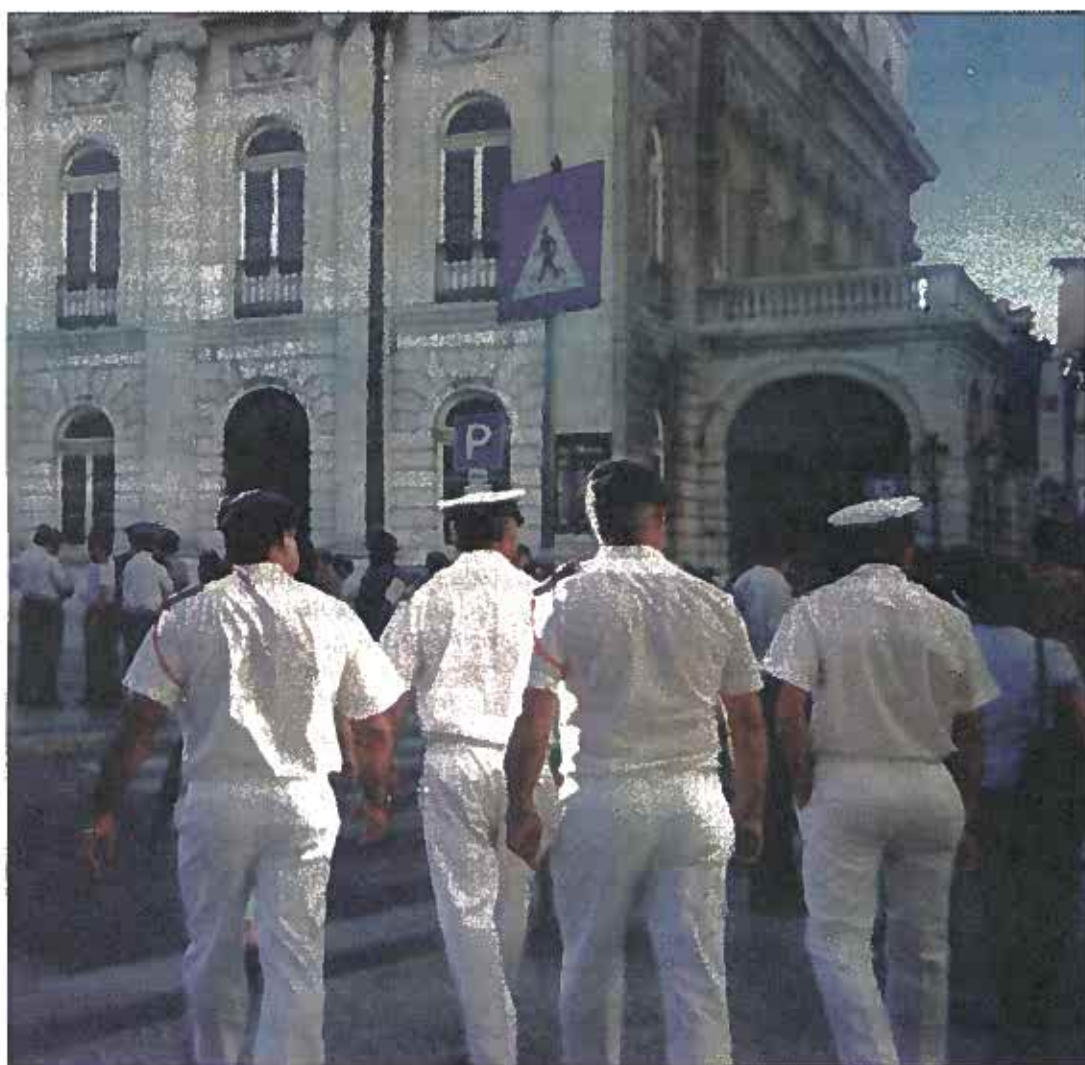
O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Ano X • Abril/Maio/Junho 2001 • Nº 46

NOVOS MOTIVOS DE INDIGNAÇÃO

Vivemos nas
unidades
um clima de
grande pressão
no sentido
do retrocesso
funcional e da
desvalorização
profissional.
Continuamos
com as
carreiras
congestionadas
— uma vida num
posto;
é a frustração!



Págs. 3 e 4

Foto de arquivo



12º Aniversário da ANS

Em 9 de Junho foi comemorado o 12.º Aniversário da ANS e 10.º Aniversário do jornal "O Sargento", com um debate sobre associativismo militar, seguido de um Porto de Honra, realizado nas instalações do IASFA, em Oeiras. Esta iniciativa teve a presença de muitos camaradas, familiares, amigos e convidados, em especial de outras organizações congéneres.

**Solidariedade
na luta**

Pág. 2

Pela dignidade

Pág. 3

**Diagnóstico
reservado**

Pág. 4

**A questão
dos vencimentos**

Pág. 5

**Sistema
retributivo**

Pág. 6

**Artigo 31.º
da LDNFA**

Pág. 7

**Justiça
e Disciplina Militar**

Pág. 8

**Fuzileiros sentem
falta de apoio**

Pág. 9

IASFA em perigo

Pág. 10

**Solidariedade
com a APG**

Pág. 10

EDITORIAL

Em frente!

Na História de Portugal alguns momentos foram determinantes para garantir a soberania da pátria. Referimos apenas três: o apoio do povo de Lisboa a Mestre das Regras, em 1383, para este se tornar rei de Portugal, como D. João I, e enfrentar os castelhanos; o apoio popular aos revoltosos de 1 de Dezembro de 1640, que restauraram a independência; a revolta popular quando do ultimatum britânico, em 1890, que inspirou o hino denominado "A Portuguesa", que décadas depois, em 1910, com a natural implantação da República, se tornaria no Hino Nacional.

Em todos estes momentos, houve grande unidade e determinação nos objectivos, factores essenciais que conduziram ao êxito. Não a um êxito imediato e fácil, mas que teve de enfrentar duras batalhas ao longo de muitos anos. Foram, nos acontecimentos históricos acima citados, o Cerco de Lisboa e Aljubarrota; as Guerras Peninsulares; as lutas que conduziram ao 5 de Outubro, entre as quais se destaca o 31 de Janeiro de 1891, uma etapa no processo histórico. Em todos estes momentos, houve que ir *em frente!*, teve que se "*marchar contra os canhões*".

Na vida de cada um também há muitos momentos de decisão, de ter de se ir em frente. Assim também o tem sido com a ANS ao longo destes 12 anos, que agora se comemoram. E, como bem diz o povo: "*pr'á frente é que é o caminho*".

Mas, não vamos de olhos fechados, pelo contrário. Os nossos navegadores que desbravaram os mares, sabiam que o caminho não era "*um mar de rosas*". Com paciência e determinação, foram navegando, contra ventos e marés, e, como diz o poema de Fernando Pessoa, enfrentaram com coragem o *mostrengo*.

Actualmente, no nosso caminho, quando queremos ir em frente, rumo ao futuro e a uma vida digna, deparamos com muitos outros *mostrengos*. Apetece dizer, parafraseando a "Mensagem" de Fernando Pessoa, quando a ANS enfrenta, por exemplo, o art. 31.º da LDNFA, que "*este se afaste, porque neste leme, mais do que a ANS, está toda a classe dos Sargentos de Portugal*".

E, como quem vai ao mar..., também nós temos de estar "equipados" para enfrentar dificuldades, por vezes recuos estratégicos, face às minas que os adversários colocam no caminho, mas nunca perdendo o norte, porque o mundo gira e se transforma, porque sabemos o que queremos e temos de ir em frente.

Que ninguém se iluda, se, por vezes, pareça que parámos, que desanimámos perante a dificuldade do empreendimento. Só a ilusão de óptica pode fazer supor que um corpo em movimento está em repouso.

Às vezes, quando estamos mais perto de um objectivo, este parece estar mais distante, mesmo inatingível. Na verdade, não sabemos, ninguém sabe, quando o atingiremos. Tudo poderia ser mais fácil na vida. Mas não é!

A verdade, porém, é que ninguém alcança a meta se desistir no percurso.

Com determinação, coesão, firmeza e dignidade vamos em frente! •



PRINCÍPIOS E VALORES, FIRMEZA E DIGNIDADE

Solidariedade na luta

O camarada António Lima Coelho, presidente da Direcção da ANS, foi convocado no passado dia 2 de Março para tomar conhecimento do despacho proferido ao processo disciplinar que lhe tinha sido instaurado. Como é do conhecimento geral, o processo foi mandado arquivar com uma advertência por lhe serem reconhecidas as culpas de que tinha sido acusado.

Por vezes a vida parece que corre num emaranhado de vidas separadas que nada têm em comum, individualizadas, cada uma vivendo e labutando para si, sem querer saber do semelhante, sem pinga de solidariedade. E nessas vezes desacreditamos nas potencialidades do trabalho colectivo, na possibilidade de podermos romper com o mar de apatia que nos envolve, de em comum podermos lutar e conquistar o que nos falta para alcançarmos uma vida mais feliz e digna.

Mas a vida é sempre muito mais rica e variada do que o homem consegue prever e, por isso, destrói meses e anos de planeamentos aturados e cuidados. Num dado meandro, daqueles por onde a vida corre, surge o inesperado: aquilo que era individualismo transforma-se como que por encanto em comunhão de esforços e de vontades, o que parecia impossível transforma-se em inadiável e ao alcance de todos. O impossível concretiza-se.

Desta feita os Sargentos de Portugal deram mais uma grande prova de maturidade cívica e de solidariedade. Conseguiram mobilizar-se em torno de um conjunto de questões, que vão desde problemas de carreira aos de vencimentos, da justiça militar ao associativismo sócio-profissional, passando pela solidariedade.

E no que à solidariedade diz respeito foi um exemplo maravilhoso o laço de solidariedade com que os Sargentos de Portugal souberam envolver o presidente da Direcção da ANS, corresponsabilizando-se com quem tem dado a cara e emprestado a voz em nome da dignificação de todos. Foi um exemplo maravilhoso que deveria ser entendido e respeitado por todos, a começar pelos chefes militares, como um grande contributo para a dignificação da Instituição Militar, da imagem do militar como cidadão maior e um grande contributo para a coesão e a disciplina das Forças Armadas.

Cópia de um parecer jurídico enviado para as unidades

Mas infelizmente a reacção do GEN CEMFA não vai nesse sentido. Para além do processo disciplinar que pressionou para que fosse instaurado, teve uma outra atitude que merece a nossa reflexão.

Mandou o GEN distribuir por todas as unidades para divulgação, uma cópia de um parecer jurídico sobre associativismo militar por si encomendado ao assessor jurídico do EMFA, portanto, seu subordinado. As conclusões, como dificilmente seria de outro modo, são de acordo com as perspectivas anti-associativas do GEN CEMFA. Fundamentam-se, também como

Mas já que este parecer não é Lei, nem constitui vínculo legal, e muito menos faz jurisprudência, seria aconselhável que os mesmos comandantes e chefes de serviço divulgassem do mesmo modo e com igual zelo alguns acordãos do Tribunal Constitucional (TC) sobre a matéria de restrição de direitos aos cidadãos militares – esses sim fazendo jurisprudência.

não poderia deixar de ser, numa interpretação do artigo 31.º da LDNFA desfasada no tempo e no famoso parecer do Procurador-Geral da República.

Nalgumas unidades e serviços o excesso de zelo fez com que os chefes apensassem uma folha para as rubricas da tomada de conhecimento exclusivamente para Sargentos. É curioso que não o tenham feito, por exemplo, aquando da publicação do EMFA e da Lei 25/2000, só para citar um caso entre todos os anteriores que constituem uma prática transformada em tradição de não pressionar nem dar conhecimento de legislação através deste modo. Muito menos de um parecer subjectivo de um jurista, certamente mui douto, mas que não pode ficar isento do comprometimento e constrangimento que a sua dependência funcional obriga.

Mas já que este parecer não é Lei, nem constitui vínculo legal, e muito menos faz jurisprudência, seria aconselhável que os mesmos comandantes e chefes de serviço divulgassem do mesmo modo e com igual zelo alguns acordãos do Tribunal Constitucional (TC) sobre a matéria de restrição de direitos aos cidadãos militares – esses sim fazendo jurisprudência.

O Acórdão 662/99 do TC, embora vise esclarecer que os militares também pertencem à Administração Pública e sujeitos a tratamento idêntico ao dos restantes funcionários públicos em vários domínios, nomeadamente a concorrerem a cargos daquela Administração, tem farta matéria sobre a restrição dos direitos aos cidadãos militares e os limites constitucionais dessas restrições, aborda a questão da proporcionalidade da restrição aos interesses constitucionais a proteger, etc.

O Acórdão 319/00 do TC, visando a defesa do princípio da igualdade num caso concreto, tem argumentação abundante sobre o adequação e proporcionalidade da aplicação das medidas restritivas.

Por último e sem sermos exaustivos nem recomendar outros sobre liberdade de expressão aos cidadãos abrangidos pelo artigo 31.º da LDNFA, não podemos deixar de recomendar vivamente a divulgação oficial do ensaio do Prof. Dr. Francisco Liberal Fernandes publicado em separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra e como livro com o título "As Forças Armadas e a PSP perante a liberdade sindical".

Para quem se interessar, recomendamos os trabalhos produzidos por magistrados do Ministério Público e divulgados através do Boletim do seu sindicato, nomeadamente, os do Dr. António Bernardo Colaço.

Quanto ao processo agora arquivado, a Direcção da ANS congratulou-se com a resposta elevada, disciplinada e disciplinadora, e a grande maturidade com que os Sargentos de Portugal o souberam transformar num enorme laço de solidariedade.

Queremos reafirmar a nossa disposição de prosseguir com ânimo renovado a luta encetada há tantos anos pela DIGNIFICAÇÃO SOCIAL na forma de melhores carreiras, melhores vencimentos, mais justiça e com a possibilidade de exercermos a actividade associativa sócio-profissional. •

PELA DIGNIDADE!

A hora é de assumpção e de afirmação da dignidade.

Vivemos um momento de grande instabilidade onde o boato é a arma utilizada para nos dividir, confundir e dispersar.

São as tabelas que a comissão inter-ramos deixa escapar para criar falsas expectativas — olhando-as apetece exclamar: "E depois os sindicalistas somos nós!..."; mas nada valem!

É a alteração do artigo 31.º da LDNEA que, sabe-se hoje, pretendem tão ou mais restritivo do que o actual.

É a Justiça Militar tratada no segredo dos gabinetes, quase clandestinamente, afastando-nos do debate que se desejava público.

Vivemos nas unidades um clima de grande pressão no sentido do retrocesso funcional e da desvalorização profissional.

Continuamos com as carreiras congestionadas — uma vida num posto; é a frustração!

Aquilo que os Sargentos de Portugal desejam, hoje, respeitando os princípios e os valores com grande firmeza na defesa da dignidade, é criar as condições para conquistar os seguintes objectivos:

- ☛ Artigo 31.º da LDNEA — Direitos de cidadania
- ☛ Direito ao associativismo sócio-profissional

☛ Garantia do exercício associativo aos dirigentes e aos delegados.

☛ Vencimentos

☛ Valorização autónoma do índice 100

☛ Igualdade retributiva com a GNR

☛ Aplicação correcta dos pontos 2 e 3 do artigo 19.º do DL 328/99

☛ Reposição dos diferenciais absorvidos nas 2.ª e 3.ª fases da aplicação do D-L 328/99

☛ Suplemento da Condição Militar — 14,5% + 21.000\$00 para todos os postos.

☛ Carreiras — EMFAR

☛ Dignidade numa carreira com futuro

☛ Não ao retrocesso funcional e à desvalorização profissional

☛ Fim à discriminação inter e intra ramos

☛ Justiça Militar

☛ Por uma discussão pública dos CJM e RDM, e da extinção dos Tribunais Militares

☛ Pela atribuição de competência disciplinar à categoria militar de Sargentos. ●

Novos motivos de indignação

Sempre que os Sargentos mostram a sua unidade, que se mostram disponíveis para prosseguirem a luta pela resolução dos problemas que os afectam e às suas famílias, surgem os boatos. Uma vez em catadupa, outras, como desta, surge um único boato que procura a sua consistência em fontes do estado-maior, ou de alguém que está colocado nos serviços administrativos ou nos financeiros, que ouviu ou que viu... O hábito!

Desta feita é o boato de que o problema das diferenças entre o sistema retributivo dos militares das Forças Armadas e o dos militares da GNR já estaria resolvido e os vencimentos seriam processados de acordo com essa nova escala indiciária. Também desta vez, quem colocou este boato a correr tem, certamente, dois fins em vista: desmobilizar os Sargentos de lutarem por este objectivo e o de criarem um ambiente de confusão e de diversão que só nos pode dividir e desviar do essencial beneficiando quem, conhecendo o problema e as soluções, não as implementa.

Como sempre, também, nada melhor para desmascarar o boato e quem o pôs a correr do que analisarmos os factos. Vejamos:

✓ Para que tal fosse possível seria necessário existir um diploma legal, DL, que modificasse a actual escala indiciária.

✓ Até à data não foi apresentado em Conselho de Ministros qualquer projecto de DL que permitisse tal solução.

✓ Mesmo na hipótese, improvável, de tal ter acontecido, devido ao processo burocrático de aprovação não seria possível que tal aprovação tivesse efeitos práticos no mês de Março. Se o processo corresse muito bem teria efeitos práticos nos vencimentos dos meses seguintes.

✓ Mas como já dissemos: não se conhece nenhum projecto nesse sentido.

De facto o problema existe e é de monta. Um Primeiro-sargento auferia a menos o correspondente a mais de um mês de vencimento/ano do que um seu camarada do mesmo posto a prestar serviço na GNR.

Mas para além deste problema continuam em aberto outros problemas relacionados com a aplicação do sistema retributivo. O problema da aplicação do art. 19.º do DL 328/99, que ilegal e injustamente retirou o direito ao posicionamento indiciário, último escalão na maioria dos casos, aos Primeiro-sargentos, devido ao facto de a Marinha ter ignorado os pontos 2 e 3 daquele artigo. A questão



de os Oficiais da Marinha terem mantido os diferenciais para lá das 2.ª e 3.ª fases, tendo assim sido aumentados — e muito bem, de acordo com a lei — mas os Sargentos terem visto os seus diferenciais absorvidos, mais uma vez, injusta e ilegalmente. Como é óbvio devido ao DL 299/97 estes factos tiveram impacto negativo nos vencimentos de todos os Primeiro-sargentos.

Mas ainda estes não foram resolvidos e já aí estão novos problemas a motivarem a indignação. Desde logo a recente questão de os camaradas de RC e RV, de acordo com a nova Lei dos Incentivos, passarem a ter direito à ração completa, o que implica receberem o desabono das 1.ª e 3.ª refeições a dinheiro nos dias de semana e ao desabono completo aos fins-de-semana. Tal facto faz com que no fim do mês auferam mais dinheiro do que os seus camaradas de igual posto dos QP.

E, para cúmulo, mais uma vez a Marinha vem criar mais um problema nos vencimentos prejudicando, também mais uma vez os camaradas Primeiro-sargentos. Verificou-se que também o n.º 3 do artigo 19.º do DL 328/99 não foi aplicado pela Marinha, originando que o tempo de início da contagem do tempo de permanência no novo escalão, por não terem aplicado o ponto 2.º daquele artigo, não teve em conta o tempo adquirido no escalão do anterior

sistema retributivo. Ou seja: desta forma os camaradas, para além de terem perdido o posicionamento, perderam também o tempo de permanência no escalão do anterior sistema retributivo. E, por isso, todos os Primeiro-sargentos ficaram prejudicados.

Verifica-se que, por esta via, os ramos estão a obter as verbas que não conseguem pela via orçamental. Faltava-nos ainda esta: financiarmos directamente com parte dos nossos vencimentos, para além dos impostos comuns a todos os cidadãos, o funcionamento das Forças Armadas.

Mais uma vez chamamos a atenção ao Governo, que tem o dever de tutela e de resolver este conjunto de problemas e que será responsabilizado por tudo o que ocorrer devido à falta de medidas, apesar de todas as diligências efectuadas pela ANS nesse sentido e das promessas de criação de uma comissão inter-ministerial pelo Primeiro Ministro, no passado dia 22 de Dezembro de 2000, e que até à data ainda não funcionou.

Manifestamos desde já a nossa solidariedade às atitudes que os Sargentos entendam adoptar para manifestarem a sua indignação.

Exortamos os Sargentos de Portugal a prosseguirem com elevação e unidade na conquista da dignificação social materializada nas carreiras e nos vencimentos. ●

OPINIÃO dos civis

O que se escreve na imprensa...

Sargentos e cidadãos

Joaquim Letria

Os sargentos dos três ramos das Forças Armadas portuguesas mostram coesão, determinação e uma atitude digna de cidadania que parece assustar as hierarquias militares e preocupar os políticos.

Ignorantes da realidade militar, pouco à vontade quando se trata de lidar com chefias que politicamente favoreceram e criaram, mas desprezam, depois de afastarem quem lhes devolveu o que não os preocupava não ter — a liberdade —, os políticos dominantes preferem favorecer o espírito de casta e reforçar preconceitos individuais na lida com militares subalternos tão importantes e injustiçados como é a classe dos sargentos.

Os sargentos das Forças Armadas portuguesas estão a dar uma lição de dignidade, de coerência e de solidariedade, ao não abdicarem da defesa dos seus interesses de classe, dos seus direitos de cidadania, e serem solidários para com um seu camarada ameaçado pelos regulamentos de que a prepotência se serve para abafar a justiça reclamada.

Que Portugal possa continuar a reverter-se e honrar-se nos sargentos das suas Forças Armadas, num momento particular em que os militares portugueses são empurrados para missões no exterior, ao lado de outras forças armadas que também integram a NATO que pagamos e servimos. Que as hierarquias, muitas vezes indicadas pelos políticos à revelia de sentimentos e interesses da instituição militar, entendam os seus homens e os vejam como cidadãos conscientes, profissionais honrados e militares exemplares e empenhados, que não podem ser punidos por defenderem aquilo cuja justiça só a má-fé não quer ver. ●

"24 HORAS", 27 FEV2001



Operação Crepúsculo

Joaquim Letria

Os militares portugueses planeiam soterrar o primeiro-ministro sob uma pilha de petições individuais de justos direitos que lhes foram prometidos e outros que lhes são devidos, apesar de negados. Com sargentos e oficiais a desencadearem a "Operação Crepúsculo", os militares portugueses desejam, com esta sua acção, uma coisa muito simples de traduzir numa só frase: "os políticos que parem de brincar connosco!".

O desconhecimento de toda uma ética e de regras, geralmente cumpridas e respeitadas pelos militares do Quadro Permanente, faz com que os políticos consigam tratar os militares — educados num quadro mais sério e num registo mais rigoroso — ainda mais abaixo do que fazem aos cães e a outros sectores da vida civil, não cumprindo o que prometem e voltando a prometer o que não tencionam cumprir. Desta vez, os militares pensam que os políticos já ultrapassaram tudo, embora seja mais para crer que a procissão ainda vai no adro.

Se não se pergunta à Nação se devem, ou não, alinhar numa guerra que não é nossa, arrastando irreflexivamente a Pátria para aventuras à Afonso Costa e guerras impostas à Salazar, bem podem os sargentos e oficiais das nossas Forças Armadas esperar o pior. De quem recorre ao "leasing" — ao ALD para disfarçar a indignidade em que vivem as Forças Armadas nacionais, não se pode esperar grande coisa. Ou pensam ser só por necessidade que se trata assim militares, que deveriam sempre manter, seja em que circunstâncias for, o respeito e a dignidade devidas à Pátria? ●

"24 HORAS", 09 MAI2001

A total ausência de consulta aos militares e às suas estruturas representativas, quanto aos projectos de alteração de toda a justiça militar, à revelia, inclusive, de compromissos assumidos no sentido de que às associações de militares seriam facultados estes documentos, em tempo útil de apreciação e desejável contribuição, teremos então mais um motivo de agravamento.

Se recuarmos um pouco no tempo e nos colocarmos no passado 19 de Dezembro, não fora a referida borrasca surgida na sequência da iniciativa então levada a cabo pelos Sargentos de Portugal, ficaríamos com a estranha sensação de que o tempo terá eventualmente parado e os problemas de então se mantêm inalteráveis e inalterados, sendo, na realidade, a única diferença, os seis meses entre tanto somados a esta já pesada sensação de vazio e incompreensão. E se o tempo faz a diferença, a gravidade da situação cresce na mesma proporção deste outro sentimento de incredulidade que assiste ao fermentar desta assustadora capacidade de tentar resolver os problemas, pura e simplesmente não os resolvendo!...

Os pressupostos que então levaram àquela manifestação de indignação, sempre contida e assumidamente disciplinada e irrepreensível, mas demonstradora da unidade e da razão que nos congrega e nos assiste, mantêm-se firmemente imutáveis, como se nada carecesse de solução:

■ A equiparação do Sistema Retributivo dos militares ao da GNR, assunto mais que reconhecido, debatido, dimensionado e aparentemente alvo de directivas ministeriais no sentido da sua rápida resolução, arrasta-se indefinidamente, sem que surjam sinais da sua aplicação, com efeitos a partir da data em que surgiu.

Não obstante, é pródiga a onda de boatos, que sobre esta matéria circula, há já algum tempo, um pouco por todo o país, a que nem certos comandos escapam, quando deixam passar para os seus subordinados a ideia mal formada de que tudo já estaria resolvido, o que leva os interessados a projectar temporariamente o pagamento das diferenças devidas, no mais curto espaço de tempo, de acordo, evidentemente, com os seus compreensíveis desejos; criam-se assim expectativas infundadas e por outro lado perigosos sentimentos de revolta, que em nada contribuem para amenizar todo o clima de frustração e saturação há muito instalado no seio dos militares e dos sargentos em particular.

■ A ausência de mecanismos de correcção, no que respeita à transição da anterior para a actual tabela indicária, de acordo com os nº 2 e 3 do artº 19º, do DL 328/99, constitui também um claro indicio da falta de sentido de responsabilidade de quem deve saber aplicar aquilo que é legislado.

A falta de respostas para a questão suscitada com a diferenciação de tratamento verificada na aplicação das 2ª e 3ª fases do Sistema Retributivo, resultante duma diferente interpretação do mesmo, no que respeita, por um lado à generalidade dos militares, e por outro aos Oficiais da Armada, constitui também um pernicioso sinal de falta de isenção, inadmissível no tratamento de matérias tão sensíveis.

■ A promessa, publicamente assumida, de que em Janeiro deste ano os militares ficariam a saber qual o novo Sistema Retributivo, a vigorar pelo menos até 2003, verificou-se não passar disso — apenas uma promessa no seu mais vazio significado — com a agravante, mais uma vez, do surgimento de expectativas dificilmente concretizáveis, porque assentes em pressupostos não politicamente sustentados.

■ No que respeita, também às expectativas criadas à volta da alteração do EMFAR, fica-nos a sensação duma evidente falta de respeito e



DIAGNÓSTICO RESERVADO

transparência pelos militares enquanto cidadãos, traduzida em golpes partidário-palacianos, nos quais de todo não nos revemos.

E quanto a esta matéria, porque consideramos que deve ser no seu estatuto que os militares podem e devem assentar a concretização dos seus objectivos sociais e profissionais, encaramo-lo decisivamente como um documento obrigatoriamente abrangente e aglutinador de deveres e direitos e enformador dos necessários e imprescindíveis princípios que regulem carreiras autónomas e simultaneamente complementares no seu objectivo final e de características evolutivas e suficientemente apelativas que justifiquem uma verdadeira opção de vida.

■ E porque assim o sentimos, não poderíamos deixar de desenvolver todos os mecanismos legalmente postos à nossa disposição, para que o diploma em questão, possa mais uma vez vir a ser alvo de alterações, no âmbito parlamentar, de modo a que as nossas propostas possam vir a ser contempladas.

Como consequência destes nossos esforços, foi entregue, no dia 21 de Março, na Assembleia da República, uma Petição assinada por mais de 6000 cidadãos, que no exercício do seu direito de iniciativa, constitucionalmente consagrada, solicitam ao Parlamento as acções necessárias para a introdução, no EMFAR, de um conjunto de normas que potenciem uma mais eficiente evolução das carreiras dos militares, contribuindo assim para uma maior eficiência e dignificação das Forças Armadas.

Este, pois, um vasto conjunto de motivos para que a indignação, a frustração, a revolta, a crescente falta de motivação e a mais absoluta incompreensão pela falta de sensibilidade no tratamento das matérias sócio-profissionais dos militares, conduza perigosamente a um clima cada vez mais próximo de formas de reacção desarticuladas e menos ponderadas, fruto dum abrasivo desgaste das reservas de princípios e valores que repetida e exaustivamente vêm sendo abaladas por acção dessa mesma incompreensão e insensibilidade.

Se a tudo isto somarmos ainda a total ausência de consulta aos militares e às suas estruturas representativas, quanto aos projectos de alteração de toda a justiça militar, à revelia, inclusive, de compromissos assumidos no sentido de que às associações de militares seriam facultados estes documentos, em tempo útil de apreciação e desejável contribuição, uma vez que entendemos que a justiça e a disciplina, no seu conjunto devem constituir um instrumento assumidamente respeitado e aceite por todos, e consequentemente deverá constituir um conceito responsável, eficaz e consensual,

teremos então mais um motivo de agravamento do quadro já traçado.

Mas, se cumulativamente a tudo isto juntarmos a questão da também desejável alteração do Artº 31.º da LDNFA, que agora parece ter sofrido novo impulso, a que o inqualificável processo levantado ao presidente da ANS, não terá sido de todo alheio, teremos ainda mais com que nos acautelar, não vá o diabo tecê-las...

Queremos com isto dizer, que a pressa nunca foi boa conselheira e que toda e qualquer tentativa de alteração, que não contemple as naturais e sustentadas aspirações das associações de militares nesta matéria, contará certamente com a nossa feroz oposição, pelo que consideramos absolutamente despropositado o recurso a qualquer golpe político-palaciano, para aprovação desta alteração, sob pena de um agravamento, quicá incontrolável, do sentimento de indignação que ferve já em alto grau no seio da instituição militar.

ANS — Associação Nacional de Sargentos, gostaria de não ter de apontar todos estes focos de instabilidade e de não temer por uma sempre possível incapacidade de contenção dos sentimentos de revolta facilmente visíveis no seio da família militar.

Gostaria que, para além duma certa compreensão e capacidade de reconhecimento da existência de problemas graves, sobrasse ainda a perspicácia e o engenho suficiente, por parte do governo, para avançar com soluções efectivas e definitivas para as questões apresentadas.

Está a ANS, ainda, apesar de tudo, confiante de que o sentido da responsabilidade do governo possa ressurgir da bruma desta apatia em que se deixou envolver, e isto porque não acreditamos na intencionalidade do que quer que seja, quando se trata de questões tão graves como o respeito pelas Forças Armadas, enquanto instituição e dos seus militares, enquanto cidadãos em uniforme.

A ANS e os Sargentos de Portugal apelam pois ao sentido de responsabilidade de quem de direito, para que, partilhando do seu lema para este ano — Princípios e Valores; Firmeza e Dignidade — este possa constituir um incentivo para a coragem política necessária, na resolução de problemas, que podendo ser de resolução difícil e trabalhosa, são contudo já inadiáveis, neste momento e agora!

A ANS está pronta para assumir a quota parte de participação que lhe é legítimo disponibilizar. Recusa, contudo, a partilha de responsabilidades que não lhe competem, assumindo sempre aquelas que no âmbito associativo fazem parte do seu conceito de firmeza e dignidade! ●

A questão dos VENCIMENTOS

A questão dos vencimentos continua a provocar uma onda de boatos que indicia a existência de factores contraditórios, de interesses particulares ou de classe que tendem a sobrepor-se aos colectivos da Família Militar, e de grupos de pressão que agem ocultamente, na sombra dos gabinetes e no silêncio dos corredores, sem darem a cara nem tornarem públicos os seus interesses.

Prossegue a campanha de ruído em torno de tabelas (já se contam em cerca de meia dúzia), produzidas por pseudo-comissões das quais só se conhece a existência de uma no âmbito do EMGFA.

Ora, qualquer decisão sobre a matéria de vencimentos terá de partir de iniciativas tomadas no âmbito do Ministério e das suas Direcções Gerais, em especial da D. G. do Pessoal, que já devia ter elaborado uma proposta de alteração ao DL 328/99 de modo a restabelecer a equidade entre o nosso Sistema Retributivo e o da GNR e ainda não o fez.

Portanto, continuamos a considerar que esta comissão mais não faz do que criar falsas expectativas, de lançar a confusão e a desmobilização no seio da Família Militar, de gerar influências tendentes a condicionar o órgão decisor, e, por isso, as tabelas que por aí correm mais não são do que um apalpar de pulso, um desviar de atenções do essencial para o acessório, uma forma de desmobilizar e de dificultar a luta em torno do que de facto é essencial:

A equidade relativa com a tabela retributiva da GNR;
A questão da aplicação dos pontos 2 e 3 do art. 19.º do DL 328/99;
A uniformidade de critérios na aplicação das 2ª e 3ª fases do actual Sistema Retributivo mantendo os Sargentos e Praças os diferenciais que tinham;
A revalorização autónoma do índice 100;
A actualização do Suplemento da Condição Militar para 14,5% + 21 000\$00.

Mas importa também salientar:

— que a composição de uma qualquer comissão que represente os ramos não terá qualquer credibilidade, para nós, se não contar com a participação dos órgãos representativos das categorias nos ramos;
— que qualquer solução retributiva só terá credibilidade se as associações dos militares forem consultadas em diálogo construtivo pelo Governo;
— que os critérios e a filosofia inerentes às tabelas que por aí correm são de todo inaceitáveis para nós;

— que não aceitaremos de braços cruzados qualquer solução que faça disparar o leque de vencimentos com prejuízo para as categorias de Sargento e de Praça;
— que não aceitaremos de braços cruzados que um qualquer posto da categoria de oficial tenha mais de aumento devido a uma nova tabela que venha a ser aprovada que um Sargento progride em toda uma carreira;
— que desejamos que o Suplemento da Condição Militar tenda para a igualdade, visto que aquela condição é igualmente exigida a todos, e por isso os aumentos devem incidir sobre a parte fixa;
— que o princípio do paralelismo e das referências internas estabelecidas em 1978 é para nós muito caro, pois para ser alcançado custou o sacrifício de muitas gerações de Sargentos, e dele não abdicaremos.

Sistema retributivo

O DL 184/89, que ficou conhecido como o Novo Sistema Retributivo, veio estabelecer uma filosofia para as remunerações que visava, entre outras coisas, uniformizar os princípios no âmbito da Administração Pública (AP), eliminar os prejuízos relativos devido às diferenças de fluxo nas carreiras entre quadros especiais homólogos garantindo a equidade interna, e criar os mecanismos automáticos para garantir a equidade externa.

Por motivos economicistas, a tabela indicária que o grupo de trabalho arduamente elaborou com base em pormenorizados estudos, foi alterada economizando alguns tostões de momento à custa da exagerada concentração indicária nos postos mais baixos das categorias de Sargento e de Praça.

Por outro lado, o pessoal dos diversos quadros da A. P., correspondendo a categorias profissionais com regimes de restrições dos direitos diferenciados, têm meios de defesa dos seus interesses como sindicatos e associações sócio-profissionais, enquanto os militares não dispõem desses meios para defesa e representação dos seus interesses e direitos.

Tais factos, ao fim de doze anos, aliados à continuação de políticas economicistas, fizeram com que os mecanismos previstos no DL 184/99 para garantir a equidade externa tenham sido abandonados provocando as disparidades no contexto da AP que se verificam hoje.

No que respeita aos militares, e em especial aos Sargentos onde os problemas derivados do atropelo indicário se fizeram sentir com mais gravidade, os problemas têm persistido.

E todas as tentativas de solução, porque se basearam num pressuposto



Se o autismo não fosse a regra, se o diálogo em muitas ocasiões não passasse de ouvição, se não fosse dada tanta atenção àqueles que no interior dos ramos e do Ministério levianamente têm advogado soluções que nos afastam cada vez mais da filosofia preconizada no DL 184/89, não estaríamos nesta situação.

errado, o de que o problema original foi o da sobreposição entre as escalas indicárias das categorias de Sargento e de Praça, têm conduzido a problemas maiores e a uma muito maior despesa do que a que seria originada pela aplicação da primeira tabela indicária com sobreposição entre categorias e entre postos da mesma categoria.

Chegámos assim aos dias de hoje com um rol de problemas inerentes aos vencimentos, com um sistema que dos princípios originais já não tem nada, cada vez mais afastados das equidades externa e interna e de uma solução justa e coerente para o nosso sistema retributivo.

E, na ausência de associações sócio-profissionais dotadas de meios de representação dos interesses e dos direitos dos militares, continuam a ser os CEM, oficialmente, a exercer esta representação.

A ANS tem ao longo dos anos estudado o problema no seu todo e nas suas derivações pontuais e tem sempre com antecedência alertado para as consequências das medidas pontuais e desarticuladas que, por imposição da luta dos Sargentos, inconformados com a situação, têm sido tomadas.

Se o autismo não fosse a regra, se o diálogo em muitas ocasiões não passasse de ouvição, se não fosse dada tanta atenção àqueles que no interior dos ramos e do Ministério levianamente têm advogado soluções que nos afastam cada vez mais da filosofia preconizada no DL 184/89, não estaríamos nesta situação. Já seria bom que a lição servisse para acautelar o futuro.

E agora? É a pergunta mais insistente que nos colocamos sempre que com números e outros dados factuais demonstramos a veracidade dos nossos argumentos.

As propostas da ANS são simples, exequíveis e, segundo os nossos estudos, indispensáveis para evitar maiores custos à fazenda pública e prejuízos aos militares.

Propostas da ANS

PRIMEIRO: as matérias sociais, como os vencimentos e as carreiras devem passar definitivamente para a administração directa do Ministério. Em especial os vencimentos por múltiplas razões. Porque os chefes são parte interessada na ques-

tão; porque as comissões que tratam de elaborar as propostas dos ramos são constituídas exclusivamente por Oficiais, também eles parte interessada e influenciados por uma das partes. Mas sobretudo porque os CEM não possuem meios para solucionar este problema. Persistir a envolvê-los nesta matéria é atribuir-lhes o ónus que deveria caber ao Governo pela ausência de soluções.

SEGUNDO: devem ser resolvidos de imediato os problemas que constituem injustiças e discriminações. O problema da equidade entre os sistemas retributivos dos militares das Forças Armadas e da GNR; a aplicação integral dos pontos 2 e 3 do artigo 19.º do DL 328/99; e a restituição dos diferenciais que aos Sargentos e Praças foram absorvidos na aplicação das 2ª e 3ª fases do actual sistema retributivo e mantido aos oficiais da Marinha.

TERCEIRO: Dar um sinal claro de intenção de recuperação da equidade externa no contexto da A. P. revalorizando autonomamente o índice 100 e valorizando o Suplemento da Condição Militar para 14,5% mais 21.000\$00, garantindo assim uma maior justiça na atribuição de um Suplemento que se destina a minimizar os prejuízos causados por uma condição que é comum a todos os militares, a da Condição Militar.

QUARTO: resolver os problemas de carreira apresentados pela ANS na Assembleia da República a acompanhar uma petição colectiva com mais de 6.000 assinaturas e que, não obstante a premência do assunto, continua a aguardar agendamento. (A resposta célere aos problemas apresentados pelos eleitores é a melhor forma de os aproximar dos eleitos e recuperar a confiança neste Órgão de Soberania e na democracia representativa).

QUINTO: após resolvidos estes problemas está criada a base sólida que permite constituir uma comissão com representantes das associações, dos ramos e do Ministério para estudar um modelo de carreiras que se articule com um modelo de sistema retributivo respeitador da filosofia do DL 184/89 e que institua os mecanismos reguladores que garantam a equidade interna e externa.

E agora? Temos de continuar com determinação, confiança, serenidade e inteligência a lutar pela implementação destas medidas. As nossas famílias merecem-nas e exigem-nas. ●



Os Sargentos de Portugal continuam a não ver resolvidos os seus problemas de vencimentos, de carreiras, do exercício dos direitos de cidadania e acauteladas as suas preocupações relativamente à Justiça Militar. Queremos recordar que o momento que atravessamos é muito complexo, contém sinais contraditórios e contém um potencial de divergências de interesses onde ontem existiam convergências.

URGE SOLUCIONAR DE VEZ A QUESTÃO DO SISTEMA RETRIBUTIVO

Decididamente não há tempo para baixar os braços.

O volume de matérias que preocupam os militares e os Sargentos, em particular, não são de molde a permitir momentos de descanso e despreocupação, mas tão só momentos inevitáveis de reflexão e de muita discussão sobre as causas que impedem a urgente solução para os problemas que se nos deparam.

Na realidade, temos perfeita consciência que nos desgastamos exaustivamente com problemas cuja solução nos parece, e é tão óbvia, que nos choca profundamente esta incapacidade quase obscena, para resolver aquilo que apenas exige rectidão, bom senso e determinação.

É exemplo disto, a questão da equiparação do sistema retributivo dos militares com aquele hoje aplicado à GNR, em todas as suas vertentes, com origem na interpretação do D.L. 328/99, e a saber:

- Grelha salarial nos postos de Primeiro Sargento e Sargento Ajudante;
- Aplicação do art. 19.º do referido diploma;
- Não absorção dos diferenciais na aplicação dos novos índices.

Como inúmeras vezes o temos dito, avançar para quaisquer outras propostas de sistema retributivo, sem ver consagrada a resolução deste tríptico de problemas, indissociáveis e geradores de discriminação inter e intra ramos, é caminhar cegamente para soluções insustentadas e perversas, de carácter e justiça duvidosas. Mais ainda, é pactuar com a política dos factos consumados e da incapacidade de encontrar soluções conjuntas e consensuais, e penalizar quem apenas exige ser tratado equitativamente perante uma lei que os responsáveis não souberam, ou não quiseram aplicar convenientemente.

Em audiência recentemente tida com o Ministro da Defesa, a ANS reafirmou a sua disponibilidade para, em conjunto com quem de direito, colaborar na clarificação desta matéria, de modo a encerrar definitivamente este capítulo do Sistema Retributivo saído do DL 328/99, e disponibilizar então energias, arte e engenho para se avançar com estudos conducentes a uma completa revisão do Estatuto Remuner-

atório dos Militares, com repercussões efectivas nos próximos tempos.

Consideramos, no entanto, que qualquer tentativa de deixar cair a urgência destas medidas imediatas, sob o pretexto de que vem aí um novo Sistema Retributivo, constitui um arriscado e intolerável exercício de futurologia e irrealismo, num quadro em que todos os indicadores apontam para um cada vez maior constrangimento da despesa pública.

A ANS não nega, antes pelo contrário, a necessidade urgente de se encontrarem novos princípios enformadores duma nova estrutura salarial para os militares, assente em pressupostos mais racionais e mais flexíveis dum novo conceito de justiça salarial, sem os espartilhos duma verticalidade cega e surda, privilegiando o princípio da progressão horizontal, por forma, não só a corrigir remuneratoriamente anomalias de progressão de carreira, como também a permitir uma certa autonomia das categorias no desenvolvimento da sua própria dinâmica retributiva. Considera, no entanto, que tal passo deve ser dado com uma grande dose de consciência, racionalismo e rigor e não por via de conceitos retrógrados e de isenção duvidosa, porque originários duma visão classista e puramente hierárquica da matéria retributiva.

Por tudo isto, elegemos este como um dos problemas de mais urgente resolução, sem a qual a pacificação desejável entre a franja mais penalizada dos Sargentos — os Primeiros Sargentos e mesmo os Sargentos Ajudantes — não será conseguida, antes pelo contrário, sofrerá

certamente um agravamento de incontrolável contenção, num quadro de autismo e incompreensão absolutamente inaceitável por parte do Governo, ao seu mais alto nível. Já não é só ao Ministro da Defesa que poderão ser assacadas responsabilidades, quando os instrumentos financeiros imprescindíveis à resolução do problema, não lhe são minimamente facultados, mas mais objectiva e inequivocamente ao Primeiro-Ministro, que infelizmente tem mostrado uma rara vocação para não entender ou mesmo saber interpretar os códigos dos militares, os seus valores e as suas inevitáveis ansiedades.

É, pois, ao Primeiro-Ministro que nos dirigimos, com toda a frontalidade que nos é peculiar, na mira de que a sua reconhecida capacidade de discernimento, possa ultrapassar uma outra incompreensível incapacidade de leitura dos sinais, já por demais evidentes, de uma crescente e imprevisível indisponibilidade, por parte dos Sargentos, de aceitarem ou sequer compreenderem esta dualidade de tratamentos entre as Forças de Segurança e as Forças Armadas. O sr. Primeiro-Ministro, terá pois de fazer um esforço suplementar, e nisso encontraremos formas concretas de não o deixar esquecer, para considerar os militares, e os Sargentos em particular, como parte indissociável das suas preocupações e dos seus objectivos de justiça social, habilitando o seu Ministro da Defesa a resolver os problemas que apenas aguardam a disponibilidade financeira indispensável à sua concretização. ●

Artigo 31.º da LDNFA

TEMOS UMA PALAVRA A DIZER

A Assembleia da República discutiu em plenário, no dia 3 de Maio, as diferentes (quatro) propostas de alteração ao Art. 31.º da LDNFA, apresentadas, respectivamente, pelos grupos parlamentares do PCP, CDS/PP e PSD e também pelo Governo, as quais baixaram para a Comissão de Defesa.

Antes de mais cabe aqui realçar que, pela primeira vez, existe um entendimento unânime dos grupos parlamentares na necessidade de alteração deste famigerado artigo. O que, para quem como nós, desde sempre se tem batido por esta alteração, não podemos deixar de salientar, nem deixar passar em claro o contributo que o nosso esforço, tenacidade e persistência deu para a mudança verificada, nestes últimos meses, em alguns dos grupos parlamentares.

Contudo, esta perspectiva de alteração não nos pode inebriar nem tão pouco fazer com que a deixemos de analisar e equacionar.



Esta alteração só será possível se aprovada por uma maioria de 2/3 de deputados, ou seja, necessita que os deputados do PS e do PSD a aprovem. Ora, o que conhecemos dos projectos apresentados pelo Governo e pelo PSD não nos pode deixar descansados, muito pelo contrário.

Se o projecto apresentado pelo Governo nos parece redutor e de alguma forma um reconhecimento menor do papel que, por direito próprio, cabe às associações de militares, além de conter em si um conjunto de normas carregadas de subjectividade que tornaria esta legislação num factor perturbador da estabilidade que se quer ver de facto instalada na Instituição Militar, já o projecto do PSD nos parece de todo inaceitável, mais não visando do que despir de conteúdo o que diz pretender consignar. Pretende confinar as associações ao âmbito restrito e exclusivo da Instituição Militar, contrariando uma prática associativa com doze anos de existência, e subordinar o funcionamento associativo às chefias militares, o que para além de inadmissível, procura transferir para as chefias militares o ónus da ineficácia governativa nas áreas social, profissional e do bem estar dos militares.

Havendo a necessidade dos 2/3 de deputados para se concretizar a alteração, e tendo em consideração práticas parlamentares anteriores, não é de todo descabido pensar-se que exista já, neste momento, um qualquer acordo de princípios, entre as direcções destes dois grupos parlamentares.

Nas comemorações oficiais do 27.º Aniversário do 25 de Abril que decorreram na Assembleia da República, e na intervenção que proferiu, Sua Excelência o Presidente da República fez referência à necessidade de um largo e duradouro consenso nacional sobre esta matéria, o que em tese e dito desta forma nos faz estar em total acordo. Mas será que estamos todos, Presidente da República, Governo, partidos políticos com assento parlamentar e associações de militares, a falar a mesma linguagem?

Pela nossa parte queremos deixar muito claro que um qualquer "negócio" entre os dois maiores partidos com assento parlamentar nunca será entendido como consenso nacional, muito menos longo e duradouro!

É, pois, nesta encruzilhada de sentimentos contraditórios que se pretende traçar o futuro do associativismo sócio-profissional...

Só que a ANS tem uma palavra a dizer, e tem-na por mérito próprio: porque tem razão, o direito ao associativismo não é nenhuma benesse mas antes um direito constitucional; porque foi ao longo destes anos uma voz firme, serena, determinada, consciente e aglutinadora da vontade dos militares portugueses nesta matéria; porque com a sua atitude grangeou prestígio e o respeito da sociedade e do Estado.

Por isso vamos ter a palavra!

Uma vez mais uma palavra firme, serena, determinada, consciente da nossa responsabilidade, mas simultaneamente confiante que o futuro nos pertence.

A revisão em curso

A revisão em curso, contrariando as expectativas acalentadas em cerca de duas dezenas de anos de luta contra as actuais restrições ao exercício dos direitos de cidadania dos cidadãos militares, não veio para responder aos anseios dos Sargentos de Portugal.

Começou mal. Contrariando o que seria justo foi motivada pela questão das restrições à capacidade eleitoral passiva e não pela questão mais nobre, a questão do associativismo e da cidadania. É, no mínimo, a confirmação do modo como estas questões são tratadas por aqueles que durante todos estes anos têm persistido num autismo incompreensível.

Por ironia do destino, uma medida que foi concebida para castigar os militares e submetê-los ao enclausuramento nos quartéis, num momento histórico em que o 25 de Abril de 1974 ainda estava fresco na memória do povo e se poderia traduzir em votos, veio agora transformar-se numa porta de saída das fileiras pervertendo a intenção inicial. E os mesmos que a legislaram vêm agora apressadamente, tentando corrigir a mão, e evitar que os militares das especialidades mais cobiçadas pelo mercado não possam abandonar as fileiras.

Mas, também por isso mesmo, esta revisão é ilustrativa do uso que os dois partidos, que ao longo dos anos têm repartido entre si a tutela militar, fazem das restrições aos direitos de cidadania dos cidadãos militares.

O uso continuado deste mecanismo de restrição/proibição aos direitos de cidadania tem conduzido ao quadro de degradação dos vencimentos, das carreiras e da formação gerando uma elevada desmotivação, a quebra da confiança na hierarquia e nas instituições, à perda dos elevados valores éticos que devem presidir à função militar, à perda da consciência gregária, afectando a operacionalidade.

Têm sido e estão a ser usadas, não para preservar os valores e preceitos constitucionais que sustentam essas restrições, mas como colete de forças que espartilha os cidadãos militares, impedindo-os de participarem e serem ouvidos nas matérias que lhes dizem respeito, de se expressarem, de se reunirem e de se associarem na defesa dos seus direitos.

A discussão desta revisão não foi promovida e existe alguma pressão para uma aprovação rápida pela proximidade das eleições autárquicas.

É, apesar de tudo, uma base de trabalho que se for melhorada com os contributos avançados nos projectos do PCP e PP pode vir a resultar num avanço legislativo coerente com a prática associativa actual.

Enquadramento legislativo

O facto de a regulamentação das restrições estarem contidas na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas agrava, de certo modo, a forma como as restrições são avaliadas e aplicadas; impõe um peso na matéria que induz a visão de que cada cidadão militar é um espião ou inimigo potencial, o que é um contra-senso visto que é a eles que a defesa militar da pátria é entregue. Por tudo isto somos da opinião que a matéria da regulamentação das restrições previstas na Constituição deve ser transferida para a Lei de Bases da Condição Militar.

No essencial esta matéria, a das restrições ao exercício de direitos de cidadania pelos militares é uma matéria essencialmente política e

aplicável a todos os militares. Logo também aplicável aos chefes militares. Este facto remete-os para duas questões de fundo.

Por um lado, sendo uma questão essencialmente política, que visa salvaguardar interesses constitucionalmente protegidos, não é aconselhável que sejam os chefes militares a terem poderes para sancionarem as alegadas faltas de cumprimento legal. Tal prática tem ao longo destes anos demonstrado que não só os critérios usados pelos chefes militares não são isentos e uniformes, como, por vezes, tais poderes deram cobertura a medidas desproporcionadas, injustas e discriminatórias tomadas sobre o seu comando – como o caso da aplicação do suplemento de residência na Marinha, como a absorção dos diferenciais indicários nas 2ª e 3ª fases, etc., etc..

Para acautelar situações futuras e preservar a coesão da Forças Armadas seria de todo o interesse que a aplicação desta matéria ficasse na dependência do poder judicial por iniciativa do poder político. Matéria de direitos e garantias constitucionais, em tempo de Paz, não deve ficar desprotegida e sem a adequada fiscalização.

Pelos mesmos motivos devem ser retiradas da alçada dos chefes militares todas as matérias sociais, como vencimentos e carreiras, que têm constituído o principal óbice ao desenvolvimento do associativismo e a causa dos diferendos entre as chefias militares e os seus homens, confundindo, muitas vezes, matéria disciplinar, com diferentes visões subjectivas sobre o exercício dos direitos.

Estabelecer regime próprio de intervenção

A ANS considera, tal como é entendimento do próprio MDN, que o reconhecimento genérico mas indubitável do direito dos militares constituírem associações profissionais, é o ponto essencial de partida, e que a regulamentação do exercício desse direito será um dado adquirido, a seu tempo discutido e fruto da prática que entretanto se for adquirindo com o seu próprio exercício, prática essa que há-de certamente ditar quais os limites admissíveis, com o empenho dos homens e o equilíbrio adjacente à condição militar.

Em obediência à ordem Constitucional vigente será necessário estabelecer um regime próprio para as Associações poderem intervir, ou seja, definir quais as matérias que podem ser alvo da sua iniciativa, participação e representatividade. Entendemos que é inquestionável que as matérias remuneratórias, estatutárias e sociais, devem estar dentro do objecto das Associações.

No que respeita ao tão mediático problema da "Capacidade Eleitoral Passiva" dos militares para cargos políticos, a ANS tem vindo a defender a vantagem que haveria em ver-se este tema tratado em diploma autónomo, sem que a sua peculiaridade e premência de resolução, face à proximidade de mais um acto eleitoral, possam interferir num julgamento mais amplo e abrangente do inquestionável direito dos militares ao exercício dos mais básicos direitos de cidadania. ●

Cartas dos LEITORES

Má-fé e ignorância

Como muitos dos camaradas devem estar lembrados, no ano passado por razões relacionadas com a tardia e magra actualização anual dos vencimentos, umas largas dezenas de sargentos, exercendo o seu direito de petição individual, enviaram cartas ao Sr. Ministro da Defesa Nacional no sentido de obterem esclarecimentos sobre estas matérias. O seu chefe de gabinete, em vez de providenciar uma resposta em prazo razoável, e numa atitude delatária, enviou essas cartas para os ramos respectivos, os quais lhes deram tratamentos diversos.

Na FAP não houve qualquer procedimento, tanto quanto se sabe. Na Armada, as chefias muito lestras na sua acção "disciplinadora", informaram que iriam ser levantados processos disciplinares, tendo retrocedido logo de seguida, havendo mais tarde tentativas de atribuição de valores negativos na avaliação do mérito desses militares.

No Exército, O Sr. General Barrento, na altura CEME, repleto de arrogância, proferiu um despacho ofensivo em que dizia que os sargentos peticionantes eram "ignorantes e tinham usado de má-fé".

Toda esta situação foi apresentada pela ANS, através de um memorando, ao Sr. Ministro da Defesa, o qual recentemente reconheceu, em despacho exarado num parecer jurídico dos serviços da D. G. de Pessoal, que dirigiu às chefias dos ramos, para conhecimento, que "...efectivamente os militares podem dirigir as suas petições individuais..." ao Sr. Ministro, para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis e do interesse geral.

Portanto, tal como já sabíamos, podemos exercer o direito de petição individual, direito este não restringido pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

E agora, sr. General Barrento? Vai retratar-se, pedindo desculpa aos militares que ofendeu? Ou vai dizer ao Sr. Ministro que também ele é ignorante e está de má-fé?

Na verdade nem uma nem outra me parecem prováveis.

Respeitosos cumprimentos. ●

Um sargento devidamente identificado



Exigimos respeito

Mais uma vez realizaram-se as grandiosas festas em honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres, no Campo de S. Francisco, em Ponta Delgada.

O Forte de S. Bráz, sede do Comando da Zona Militar dos Açores e do Quartel General, é um local privilegiado para se assistir ao arraial das festas e, nesta ocasião, muito procurado pelos militares e suas famílias que prestam serviço na guarnição de Ponta Delgada.

Como se de uma quinta sua se tratasse, o Comando mandou instalar um palanque que serviu de tribuna de honra para os senhores oficiais e seus amigos convidados, de cima do pedestal verem melhor as festas, em prejuízo de muitos militares que se viram privados de aceder a este local.

De facto, o acesso das viaturas ao forte foi regulado pela entrega de cartões de acesso ilimitado aos senhores oficiais e amigos, aos sargentos mores, chefes e ajudantes. Aos restantes sargentos e praças o acesso foi concedido apenas nos dias e horas que aos senhores e amigos não interessava.

O Comando, com esta atitude e comportamento, passou um atestado de menoridade a estes sargentos, ofendendo-os na sua honra e dignidade de homens e militares, não respeitando os muitos anos que estes sargentos prestam serviço nesta casa, dignificando o Quartel General e a Zona Militar dos Açores.

Basta!

Deixem de nos ofender. ●

Um sargento devidamente identificado

A ANS tem demonstrado grande preocupação pela forma menos clara, quiçá sigilosa e clandestina, como têm sido tratadas as matérias legislativas no âmbito da defesa, tais como, o Código de Justiça Militar (CJM), o Estatuto Judiciário Militar (EJM), a Lei da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOFTJ), o Regulamento de Disciplina Militar (RDM), a alteração ao artigo 31.º da LDNFA. Estas matérias foram objecto de um colóquio promovido pela ANS, em 6 de Março, no âmbito das comemorações do 10.º Aniversário do jornal "O Sargento".

Publicamos, a seguir, uma súmula da intervenção do Dr. Pena dos Reis, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

A intervenção começou com uma referência às alterações introduzidas pela última revisão constitucional, no que especificamente respeita à justiça militar. Concretamente a alteração do art. 213.º da Constituição da República (CR), cuja redacção actual prevê a existência de tribunais militares apenas em tempo de guerra e a do art. 211.º-3 da CR, onde agora se prevê a participação de juizes militares na composição de tribunais que julguem crimes de natureza estritamente militar.

Admitiu-se a hipótese de estas alterações constitucionais constituírem uma verdadeira ruptura com o modelo precedente de organização da justiça militar. O conteúdo dessa ruptura será o da clara emergência da determinação constitucional de em tempo de paz restringir ao máximo a prevalência autónoma de um direito penal e processual penal de raiz castrense, especificamente moldado pela excepcionalidade das condições impostas pela situação de guerra.

Essa restrição decisiva da prevalência de um direito castrense em tempo de paz evidencia-se não apenas nas alterações da orgânica dos tribunais, particularmente significativa no que diz respeito ao art. 213 da CR, mas ainda no aparecimento de um novo conceito — crimes de natureza estritamente militar.

A evolução terminológica de "crime essencialmente militar" para o novo conceito de "crime de natureza estritamente militar", exprime certamente um aprofundamento da vontade de restrição e de um intento de delimitação residual e restritiva dos tipos de crimes eventualmente assim classificados. Essa



Colóquio sobre o art. 31.º da LDNFA, promovido pela AOFA, em 14 de Maio

Justiça e Disciplina Militar

evolução terminológica aponta no sentido de que apenas possam ser classificados dessa forma crimes que não sejam confundíveis ou sobreponíveis a tipos legais já existentes no direito criminal "comum".

Face a tais alterações e evolução terminológica foi expressa a concordância com a ideia de que a parte geral do Código Penal deve ser directamente aplicável na realização da justiça militar em tempo de paz, não devendo pois ter aplicação meramente subsidiária.

Foi também expressa a ideia de que provavelmente a melhor solução legislativa, para situações de tempo de paz, seria a de aditar à Parte Especial do Código Penal a previsão de quais os tipos de crimes estritamente militares.

A defesa destas ideias foi feita invocando as vantagens da unidade sistemática e da coerência do sistema. Estas soluções, por outro lado, permitiriam certamente uma melhor articulação com normas do Código Penal onde se prevêem crimes que têm aparentemente muito de estritamente militar, mesmo em tempo de guerra, como é o caso dos arts. 241.º e 242.º do Código Penal.

Foi, portanto, expressa a opinião de que o esforço de edificar um Código de Justiça Militar decalcado, ainda que em parte, das normas e da linguagem do CJM actualmente em vigor, entra em contradição com a nova orientação constitucional e com as implicações daí resultantes. Designadamente tal orientação conduzirá inevitavelmente a imprecisões, erros técnicos e confusão conceptual.

Como exemplo desta deficiência no que se refere ao projecto já conhecido foi apontada a redacção proposta do art. 2.º, que na prática acabava por rejeitar o novo conceito de "crime estritamente militar", pois que lhe atribuiu um conteúdo praticamente idêntico ao anterior conceito de "crime essencialmente militar". Outro exemplo negativo é o da manutenção, no projecto, de conceitos já não utilizados no nosso direito penal (o conceito de proposição, no art. 6.º), por entretanto ter havido alterações doutrinárias, facto que só pode trazer confusão e imprecisão na interpretação da lei.

Finalmente foi realizada uma análise mais circunstanciada das previsões do projecto de CJM relativamente ao crime de homicídio. Designadamente foi chamada a atenção para a perturbante situação de o homicídio de inferior hierárquico aparecer englobado numa secção de Abuso de Autoridade (art. 102.º do projecto). Tal enquadramento conceptual é completamente contraditório com a arquitectura fundamental da nossa Constituição e dos seus princípios básicos, particularmente em tempo de paz e assume especial gravidade se conjugado com o disposto no art. 103.º, também do projecto de CJM, em que a previsão do n.º 1 - alínea d) assume contornos dificilmente imagináveis, para além de mais uma vez fazer uso de terminologia já não usada no nosso direito penal (as "circunstâncias dirimentes" da responsabilidade criminal). ●

ANS recebida em audiências

A ANS foi solicitada a comparecer a uma reunião de auscultação, por parte da Comissão de Defesa da A.R., no âmbito da discussão sobre os projectos de alteração ao Art. 31.º da LDNFA. Nesta reunião, a ANS teve oportunidade de expor a sua leitura dos diversos projectos apresentados, deixando claro aos deputados dos diversos Partidos que o crédito acumulado ao longo de todos estes anos de exercício das liberdades conquistadas, com sacrifício e enorme dedicação por parte das associações de militares, não poderá nunca ser esquecido ou ultrapassado por qualquer consenso, o mais aritmético que seja, que não contemple uma visão adulta, respeitadora e abrangente dos direitos de cidadania do militar em uniforme.

Em reuniões com os grupos parlamentares do PCP e do CDS/PP, também tivemos oportunidade de expor as nossas reservas e anseios e esclarecer a determinação inequívoca da ANS para aceitar apenas uma solução justa e verdadeiramente consensual.

Aguarda-se a disponibilidade, quer do PS quer do PSD, para reflectirem com a ANS sobre esta matéria.

MDN recebeu ANS

A ANS a solicitou uma audiência ao Ministro da Defesa, que se realizou em 11 de Maio, na qual a ANS teve oportunidade, numa perspectiva construtiva e de ampla liberdade de exposição de pontos de vista, de expor diversas matérias que constituem preocupação crescente para os Sargentos. Por outro lado, foi também com um espírito de cooperação e abertura que pudemos tomar conhecimento das sensibilidades do sr. Ministro quanto a estas matérias, que a seguir resumimos.

Sistema Retributivo — Quanto ao sistema retributivo, foi frontalmente exposto ao sr. Ministro o quão crítico se torna para todos, militares, instituição militar e o próprio Governo, a manutenção desta situação de insolvência da questão da equiparação do Sistema Retributivo dos militares com aquele actualmente em vigor na GNR.

A ANS não entende os desencontros entre serviços que deveriam todos contribuir para uma clara resolução deste imbróglio, nomeadamente quando servem sob a tutela dum único Ministério, e, também, que o Primeiro-Ministro não tenha, por um lado, a sensibilidade suficiente para admitir a urgência das medidas a tomar, e por outro o respeito que se impõe quando trata com uma instituição como as FFAA.

Alteração ao Art. 31º da LDNFA — No que se refere à alteração do Art. 31.º da LDNFA, o sr. Ministro expôs a sua leitura das propostas em discussão na Assembleia da República, com ênfase para a sua convicção de que a proposta do Governo tem matéria passível de vir a constituir uma boa base de trabalho.

Por parte da ANS foi igualmente reconhecido o avanço conseguido com a votação em Plenário de todas as propostas apresentadas e a percepção de que o conjunto das propostas do Governo, do PCP e do PP, têm conteúdo suficiente para se conseguir um texto final consensual. ●

SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A realidade existente na sociedade portuguesa agrava-se no que respeita às Forças Armadas e aos militares: por preconceitos que derivam de uma outra cultura negativa que nega os direitos de cidadania aos cidadãos militares.

Isentas mas... obrigadas (II)

David Pereira

Concluimos nesta edição o texto iniciado no último número de "O Sargento"

O Estado Português, ao fim de muitos anos de luta dos camaradas que adquiriram o chamado *Stress de Guerra* na guerra colonial, já o reconheceu como uma doença com origem na participação daqueles militares em situações de combate e outras de guerra. Mas ainda falta percorrer um longo caminho até que estes camaradas tenham o apoio que merecem e necessitam. É de salientar que muitos deles são heróis nacionais, que ostentam no peito as mais altas condecorações do País. Todos eles deveriam ser tratados com mais respeito e consideração.

Mas hoje levanta-se outro problema: a guerra em directo. As missões militares têm sido, e continuarão a ser, amplamente divulgadas pelos media, com especial ênfase para as cenas mais dramáticas e violentas. É um dado novo que foge ao nosso controlo e sobre o qual não exercemos a mínima influência limitadora. Também ninguém com o mínimo de bom senso poderá negar que tais imagens provocam efeitos nefastos em quem as visiona. Por maioria de razão provocarão traumas nos familiares dos militares destacados para essas missões. Se é certo que os militares profissionais envolvidos têm a mínima preparação para suportarem com razoável redução de prejuízos traumáticos o envolvimento em tais missões, já o mesmo não acontece com os respectivos familiares que não só não têm qualquer preparação como estão literalmente abandonados e desprotegidos.

Linha Verde

Foi para tentar minimizar os prejuízos resultantes desta situação que propusemos ao MDN, em 1998, a criação de uma Linha Verde de apoio às famílias dos militares em missões fora do território nacional e em missões prolongadas com ausência do meio familiar, como forma de prevenir e resolver possíveis consequências traumáticas pelo envolvimento do militar em tais missões, nomeadamente no desenvolvimento intelectual, equilíbrio psicológico e no aproveitamento escolar dos filhos e possibilitar o envolvimento social e apoio psicológico a toda a família. No mesmo sentido, e para



dar resposta prática à mesma preocupação, editámos no ano transacto um opúsculo, a que chamámos **GUIA PRÁTICO**, para o pessoal em missões com ausência prolongada do seio familiar e suas famílias. As nossas iniciativas receberam notas elogiosas das entidades oficiais, mas não tiveram resposta prática. O MDN, a quem competiria a sua implementação, reconhece a validade das propostas mas não as implementa.

Neste capítulo, importa salientar uma nota positiva para a Marinha, que interpretou bem o sentido e a utilidade da nossa proposta de Linha Verde e implementou um serviço de contacto à disposição das famílias dos militares daquele ramo com as valências necessárias para um apoio efectivo. Um exemplo a ser copiado pelos ramos, já que o MDN não dá execução prática à proposta.

Alguns estranharão o facto de não incluirmos nesta intervenção algumas considerações sobre a polémica em torno do **urânio empobrecido** utilizado na Bósnia e no Kosovo, utilizado também pela Marinha de Guerra Portuguesa, ou acerca dos materiais radioactivos depositados em paióis da NATO em território nacional, etc., etc.

Atempadamente e com espírito construtivo levantámos essas questões. Se então tivéssemos dado ouvidos aos alertas que lançámos poder-se-iam ter evitado consequências nefastas para os militares e um problema nacional com a amplitude do que grassa entre nós. Recusamos hoje, como recusámos

no passado, a dramatização e o aproveitamento da desgraça alheia — a nossa atitude é a de procurar que se implementem as medidas adequadas para evitar tais consequências, é a de procurar proteger os nossos camaradas e as suas famílias, evitar dramas humanos.

Aos Sargentos de Portugal dizemos que é importante dedicarmos todo o nosso esforço, dedicação e estudo a esta matéria que tanto tem a ver com a nossa qualidade de vida, que é importante passar a fazer parte da **CULTURA ANS**.

Aos representantes dos órgãos de soberania dizemos que podem contar com todo o nosso empenhamento e disponibilidade para estudar o problema e implementar uma cultura de prevenção da Saúde, da Segurança e da Higiene nos nossos locais de trabalho; mas podem também contar com a nossa atitude crítica sempre que da vossa parte não houver a correspondente resposta.

Aos nossos chefes dizemos que podem sempre contar connosco na defesa da Instituição e da Família Militar, da qual as nossas famílias também fazem parte integrante; mas que consideramos que o respeito pela Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho também faz parte dessa defesa.

Mãos à obra e façamos deste décimo aniversário do jornal "O Sargento" um ano de reforço da **CULTURA ANS**, reforçando-a com uma cultura de respeito pelas normas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho. ●



Notícias da EUROMIL

Ex-soldado romeno recebe apoio da Euromil

Petre Done, ex-soldado romeno, foi reformado após um acidente em serviço no qual perdeu uma perna. Devido a erros no tratamento do seu processo, o soldado nunca chegou a receber nenhuma pensão de compensação pelos danos físicos permanentes.

Tentou chamar a atenção para o seu caso em Estrasburgo, em frente ao edifício do Conselho da Europa, e foi apresentado ao presidente da EUROMIL, Jens Rotboll, o qual se encarregou pessoalmente do seu problema. Através da sua rede de contactos no Conselho da Europa, Rotboll conseguiu organizar uma reunião com membros da delegação romena no Conselho da Europa, os quais providenciaram que o processo de Petre Done fosse revisto e lhe viesse a ser atribuída uma pensão de compensação aceitável.

O assunto também serviu para alertar para a necessidade de estabelecer o direito de associação na Roménia. Os partidos romenos envolvidos reagiram positivamente ao papel desempenhado pelo presidente da EUROMIL, pelo que se prevê que Rotboll venha a ser convidado pela Roménia para futuras consultas sobre esta matéria.

Presidência belga da UE

A EUROMIL está particularmente interessada no programa que o governo belga apresentou para quando assumir a presidência da União Europeia na segunda metade deste ano, porque nele estão incluídas medidas respeitantes à Política Europeia de Defesa e Segurança e à Carta Europeia de Direitos Fundamentais. Estes assuntos serão abordados no próximo Presidium da EUROMIL.

SPD alemão acende debate sobre futuro da Europa

Com a sua proposta "Responsabilidade pela Europa", o chanceler Schröder apelou a uma nova União Europeia. Nesta proposta, para além de uma maior centralização do poder político, é apresentada uma visão estratégica sobre a defesa e segurança na União Europeia.

Bélgica retira brigadas da Alemanha

Dentro da linha de execução do plano estratégico para a modernização das FA belgas, este país está a retirar as suas unidades estacionadas na Alemanha, no sentido de reintegrá-las nas brigadas de acção rápidas as quais poderão ser facilmente integradas em forças multinacionais.

A reestruturação afecta 7.000 pessoas (famílias incluídas). O governo belga assegurou que serão tomadas as medidas sociais adequadas no sentido de reduzir ao mínimo as implicações sociais sobre os militares e as suas famílias. ●

[Informação EUROMIL na Internet:
<http://www.euromil.org>]

Fuzileiros sentem falta de apoio

Com o lançamento do tema de comemoração do 10.º aniversário de "O Sargento", a Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, um crescente número de queixas têm chegado à nossa redacção. Entre elas, as de alguns camaradas Fuzileiros, especialmente por parte daqueles que integram unidades operacionais.

Estes camaradas têm participado activamente e com prestações de elevado valor, em operações de apoio às populações em situações de crise, como foram, entre outros, os casos das operações de **Entre-os-Rios** e as cheias do passado Inverno na zona de **Montemor**, para não referir a sua participação no apoio às populações de **Moçambique** por altura das cheias naquele país.

Não se entende como é que a troca de pretensas medidas economicistas, o apoio logístico é relegado para segundo plano, provocando mau estar e desmotivação entre estes homens que, em última instância, são levados a sentir que não compensa estar em unidades operacionais — por vezes são mesmo obrigados a cair em situações de prejuízo para a imagem daquela força.

O motivo do descontentamento prende-se com o facto de a Armada não abonar ajudas de custo para as despesas de alimentação e alojamento, uma vez que fornece rações de combate e uma tenda e,

por vezes, nem isso, pois no caso de **Entre-os-Rios**, estes militares, alimentando-se de rações de combate, e depois de patrulharem o rio cerca de 12 horas por dia num bote, dormiam no chão de um pavilhão, tendo a população carinhosamente fornecido colchões e outro material, ao verificar as dificuldades porque estavam a passar aqueles camaradas.

Esta situação é tanto mais incompreensível uma vez que as outras forças presentes e ligadas ao mesmo ramo, nomeadamente mergulhadores, polícia marítima, etc., estavam abonadas de ajudas de custo, facto que veio a provocar uma tomada de medidas por parte dos comandos da Armada, que alegando desconhecimento da situação, acabaram, dias depois, por propiciar aos Fuzileiros condições idênticas às das outras forças presentes no local.

Foi provavelmente o mesmo espírito de que "os Fuzileiros estão treinados para sofrer", mesmo quando o sacrifício e o sofrimento podem com facilidade ser evitados, que levou os mesmos camaradas a passarem por situação semelhantes em **Moçambique**. Com a diferença de que as populações em **Moçambique**, apesar de serem igualmente carinhosas e gratas, não tinham possibilidade de os apoiarem.

É provávelmente o mesmo espírito que levou a que uma parte daqueles camaradas tivesse sido mobilizada para a segunda comissão em Timor, sem tomarem conhecimento do resultado dos exames de despistagem após a primeira comissão, sabendo-se como se sabe que existem problemas de infecção com a febre de Dengue, com as consequências que tal febre tem para quem é inoculado pela segunda vez.

Deve ficar bem claro que os militares, como qualquer agente da Função Pública, no cumprimento das suas missões de serviço, têm direito ao abono de ajudas de custo para cobrir as despesas de alojamento e alimentação e que tal não lhes deve ser retirado pelo facto de lhes serem fornecidas rações de combate e tendas.

Deve ficar também claro que, muito embora as leis de SHST não se apliquem aos militares, as chefias são obrigadas a proporcionar todas as condições de salvaguarda da saúde, da higiene e de segurança no cumprimento das missões militares. Quando o sacrifício é exigido de balde, o altruísmo com que é dedicado à Pátria perde o sentido.

Os nossos Fuzileiros, Homens de quem tanto se exige, merecem mais... muito mais... ●

Solidariedade com a APG

A repressão sobre dirigentes associativos prossegue, com a fúria do estertor próprio dos que esgrimem contra moinhos de vento, quais D. Quixotes de triste figura, ignorando a evolução da história e que a luta não é contra eles, mas também por eles...

Desta vez, são dois dirigentes da Associação dos Profissionais da Guarda (APG), aos quais foram instaurados processos disciplinares por terem exercido o direito de expressão sobre matérias da competência da actividade legal associativa. A atitude anti-associativa do actual Comando da GNR, ao arrepio da evolução democrática que se pretende nas Instituições portuguesas, merece a nossa mais veemente condenação, e manifestamos a nossa incondicional solidariedade com os dirigentes da APG.

É inqualificável o ataque ao associativismo e aos direitos e liberdades democráticas que o actual Comando da GNR, conhecido por posições de excessivo autoritarismo e anti-associativas, logo após a saída do General Silva Viegas, iniciou sobre a Associação dos Profissionais da Guarda (APG) e dois dos seus principais dirigentes associativos — José Manageiro, presidente da Direcção, e José Alho, dirigente da Região Sul —, perante o silêncio e aparente apatia (que na prática se transforma em cumplicidade) do Ministério da tutela.

A ANS dirigiu um ofício ao Primeiro Ministro, manifestando a sua indignação pela instauração de processos disciplinares, que apontam para a suspensão e expulsão, pelo facto daqueles dirigentes terem prestado declarações públicas no exercício das suas funções associativas.

O dirigente da APG José Alho é acusado, não por faltas cometidas no exercício das suas funções profissionais, mas por, na sua qualidade de dirigente associativo, ter prestado declarações à comunicação social sobre a "acção de protesto" levada a cabo pela Brigada de Trânsito pela exigência de condições de trabalho dignas ao exercício das suas missões de fiscalização e segurança nas estradas portuguesas.

Ao dirigente José Manageiro é instaurado um processo disciplinar a pretexto de presumíveis declarações prestadas à comunicação social, sobre assuntos relacionados com a forma deficiente como é prestado e funciona a Assistência na Doença aos Militares da Guarda (ADMG).

Esta acção de repressão por parte do actual Comando da GNR contra o movimento associativo corre a par de uma escalada sem precedentes da militarização da vida da GNR, onde a ameaça, a



intimidação, a arrogância e a discricionariedade começam novamente a fazer parte do quotidiano da vida dos homens e mulheres que servem esta instituição pública de segurança que, pelos vistos, alguns saudosos querem que seja "instituição pública de repressão".

Intolerável escalada repressiva

Em simultâneo com estas intenções punitivas, o General Comandante-Geral (GCG) dirigiu uma mensagem a todo o dispositivo a determinar "a proibição da afixação de qualquer panfleto nas instalações ou Quartéis da Guarda", e, nesta linha de confronto e intimidação, enviou um ofício à APG, no qual determinou que o relaciona-

mento institucional da APG com o Comando da Guarda se processasse no futuro com o Estado Maior (CEM/GNR).

Ou seja, o Comando trata os dirigentes associativos da APG na qualidade de seus subalternos e uma Associação com personalidade própria e estatuto jurídico legal como se tratasse de uma qualquer repartição da GNR!!!

Não podemos ter outra interpretação senão uma inaceitável e intolerável tentativa de ataque ao associativismo no Portugal Democrático, por parte de todos aqueles para quem o diálogo e direitos de cidadania são valores somente toleráveis em casa alheia e perigosos fantasmas a exorcizar em sua casa.

Basta! ●

Obra social dos militares em perigo de colapso

De acordo com o que tem sido a orientação do Presidente do Conselho de Direcção do IASFA, Vice-Almirante Sarmiento Gouveia, as associações de militares (ASMIR, ANS e AOFA) têm sido convidadas a estar presentes nas reuniões do Conselho Consultivo deste Instituto, tendo as duas últimas ocorrido em 13 de Março e 16 de Maio.

Para além da referência sempre feita à postura do Ministério da Defesa e dos ramos quanto aos apoios continuamente solicitados pelo IASFA, mormente na vertente do pessoal, e nem sempre respondidos a contento, (assunto a que também já aludimos no nosso número 44, de finais do ano passado), teve principal destaque nestas duas últimas reuniões a problemática que envolve a admissão de deficientes das Forças Armadas neste Instituto.

Convém recordar que o IASFA se constituiu como uma organização de apoio social complementar aos militares dos QP's das FFAA e seus familiares, sucessora de tudo que era o Cofre de Previdência das FFAA, Serviços Sociais das FFAA e Asilo de Inválidos Militares de Runa, obras estas que tinham a particularidade de serem criadas e mantidas pelos militares dos QP's através de descontos nos seus vencimentos e pensões. (Convém recordar que os Serviços Sociais de outros Ministérios são subsidiados pelo Orçamento Geral do Estado).

O Dec. Lei n.º 201/88, de 1 de Junho, aprovou o Regulamento de Beneficiários dos Serviços Sociais das Forças Armadas que, no n.º 2 do seu Art. 1.º estabeleceu: "Podem ser admitidos como Beneficiários Titulares os deficientes das Forças Armadas nos termos do n.º 9 do Art. 14.º do Dec. Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, desde que não possam ser abrangidos por outra ou outras instituições susceptíveis de conceder apoios sociais de finalidades semelhantes".

O Dec. Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro, revogou o preceito anteriormente citado e no n.º 2 do seu Art. 5º estabeleceu: "Podem ser admitidos como Beneficiários Titulares, desde que o solicitem, os deficientes das Forças Armadas, nos

termos do Dec. Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro".

O Regulamento dos Beneficiários do IASFA (Portaria n.º 762/96, de 27 de Dezembro, na alínea b), n.º 3 do Art. 1.º) repete a mesma fórmula.

É nosso entendimento que a expressão "podem ser admitidos" não significa "são obrigatoriamente admitidos" e, acresce ainda a necessidade de se apresentar a solicitação para a admissão, não sendo portanto esta automática ou um dado adquirido!

Sabendo que o IASFA presta apoio social aos militares dos QP's e seus familiares (num total aproximado de 160 000 beneficiários) em instalações e equipamentos maioritariamente resultantes das contribuições destes militares, que a capacidade destes equipamentos já é manifestamente insuficiente para as necessidades, que a comparticipação do Estado tem sido cada vez menor (reduziu 50% em 4 anos) sendo actualmente de 9,8% do orçamento do IASFA.

Sabendo também que o IASFA tem um deficit de 30% de pessoal militar e 59% de pessoal civil, em que uma boa parte deste pessoal não é adequado às funções que necessitam de ser preen-

chidas (fisioterapia, enfermagem, técnicos de acção social, diversas engenharias, etc), e que ainda assim a média etária do pessoal servidor ronda os 50 anos.

Sabendo ainda que os deficientes das Forças Armadas são todos civis e nunca contribuíram com qualquer quotização para o IASFA e que o seu número ronda os 14 000 (sem referir os abrangidos pelo stress pós-traumático) o que contabilizando os familiares aponta para números da ordem dos 50 000, e que, em virtude das suas características e condições passariam a ser candidatos prioritários aos benefícios disponíveis em detrimento dos beneficiários do QP que os criaram e para os quais contribuem.

Tememos, por tudo o que atrás foi referido, que a inclusão pura e simples destes cidadãos neste Instituto signifique o seu colapso imediato!

Consideramos, contudo, que é absolutamente necessário e justo que a Nação cumpra as suas obrigações para com estes cidadãos que se deficientaram ao seu serviço. É tão só uma questão de justiça e obrigação moral!

Não pode, nem deve, ser um Instituto criado e mantido pelos militares do QP a substituir-se

àquilo que é obrigação do Estado enquanto pessoa de bem!

Nota: Soubemos que, quando este jornal estiver a ser impresso, já o Vice-Almirante José Augusto de Moraes Sarmiento Gouveia terá sido substituído na Presidência do Conselho de Direcção do IASFA. Não poderíamos deixar de assinalar este facto, agradecendo em nome dos Sargentos de Portugal a postura por si assumida ao convidar a ANS, na pessoa dos seus presidentes da Direcção, a estar presente nas reuniões do Conselho Consultivo do Instituto, facto que muito contribuiu para ajudar a compreender as dificuldades vividas no seu seio, bem como para desmistificar ideias erradas que por vezes se ouvem, e acima de tudo permitiu aos Sargentos ter uma voz activa na defesa daquilo que também é seu!

Desejamos ao Vice-Almirante Sarmiento Gouveia as maiores felicidades na nova vida que agora iniciou e esperamos sinceramente que o seu sucessor trilhe o caminho por si iniciado, visto os resultados positivos que tal atitude permitiu. ●

Militares da Esquadra 601 condecorados com a medalha NATO

Foi com agrado que recebemos na nossa redacção a notícia de que mais um grupo de militares portugueses foi reconhecido internacionalmente.

A Esquadra 601 da FAP, sediada na Base Aérea N.º 6 — Montijo, participou nas operações de embargo à antiga Jugoslávia, entre Julho de 1992 e Fevereiro de 1996, com uma aeronave P-3P Orion, uma tripulação e uma equipa de manutenção. Com uma prestação de destaque, atendendo aos reduzidos recursos materiais e humanos envolvidos, obteve o reconhecimento e apreço dos comandos das forças estrangeiras, facto que veio a culminar na atribuição da

MEDALHA NATO pelo Secretário-Geral desta organização internacional na qual Portugal está integrado.

Tudo isto pareceria normal se esta notícia tivesse sido publicada em 1996, no entanto, apenas agora, em Maio de 2001, foi feita a entrega das condecorações numa cerimónia digna, mas de carácter quase privado, presidida pelo Comandante da Esquadra e sem que o Comandante da Unidade ou de Grupo estivesse presente ou se fizesse representar, numa atitude demonstrativa de falta de reconhecimento e de afastamento em relação aos seus homens.

Na realidade, todo este processo administrativo, excessivamente longo e algo conturbado e que decorreu durante mais de cinco anos, acabou por retirar todo o simbolismo que teria tido se as condecorações tivessem sido entregues em tempo, tal como aconteceu em todas as outras unidades das Forças Armadas que tiveram militares condecorados com esta medalha.

Enfim, mais um caso para esquecer!

A redacção do jornal "O Sargento" felicita os camaradas agraciados e incentiva-os a manterem a sua postura e dedicação que tanto tem prestigiado Portugal e as suas Forças Armadas. ●

Actividade ASSOCIATIVA

▲ ENCONTROS

20 de Março
Delegados da área do Entroncamento. ANS representada por David Pereira e João Nogueira;
Delegados da área de Évora/Elvas e Estremoz. ANS representada por A. Martins e J. Pereira;
Delegados da área de Coimbra/F. Foz e Aveiro. ANS representada por E. Balsa e J. Coutinho;
Delegados das Caldas da Rainha e Santarém. ANS representada por T. Silva e F. Fontes.
23 de Março
Delegados de Beja (BA11 e RJ3). ANS representada por L. Coelho.
8 de Maio
Encontro de Sargentos da Força Aérea da área de Leiria, na colectividade "1.º de Janeiro" na Marinha Grande. ANS representada por L. Coelho, J. Pereira, J. Nogueira, R. Castanheira e J. Costa.
10 de Maio
Encontro de Sargentos da Armada, no CIRL, Laranjeiro. ANS representada por A. Martins, D. Pereira, J. Coutinho e J. Pereira.
11 de Maio
Encontro de Sargentos da área de Beja, no auditório da biblioteca municipal "José Saramago". ANS representada por T. Silva, L. Coelho, J. Gonçalves e J. Azevedo.
22 de Maio
Encontro de Sargentos da área do Entroncamento, no Centro Cultural. ANS representada por L. Coelho, V. Florindo, M. Pereira, R. Steves, A. Silva e A. Nabais.
29 de Maio
Encontro de Sargentos do núcleo Évora/Elvas/Estremoz, em Évora. ANS representada por David Pereira e José Pereira;
Encontro de Sargentos do núcleo Coimbra/Aveiro/F.Foz, no restaurante "O Sargento" em Fornos. ANS representada por T. Silva e A. Nabais.
30 de Maio
Jantar/Encontro de Sargentos do Exército, no IASFA, em Oeiras. ANS representada por T. Silva, E. Balsa, F. Freire, V. Florindo e J. Nogueira.
1, 2 e 3 de Junho
Deslocação aos núcleos do Norte com reuniões em Viseu, Lamego, haves e Porto. ANS representada por T. Silva, L. Coelho, A. Martins D. Pereira.
6 de Junho
Grande Encontro de Sargentos da área metropolitana de Lisboa, na oz do Operário.

▲ OUTRAS ACTIVIDADES

13 de Março e 16 de Maio
Reuniões do Conselho Consultivo do IASFA. ANS representada por L. Coelho.
6 de Março
Colóquio debate sobre CJM (ver notícia neste jornal).
9 de Março
Tomada de posse dos corpos gerentes do Clube Militar Naval. ANS representada por L. Coelho.
21 de Março
Entrega de 6.277 assinaturas na Assembleia da República.
30 de Março a 4 de Abril
Participação na Reunião da EUROMIL em Roma. ANS representada por L. Coelho e E. Balsa.
8 de Abril
Cerimónia do Dia do Combatente, em Belém. ANS representada por L. Coelho.
9 de Abril
65ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, no Mosteiro a Batalha. ANS representada por Mário Pereira.
10 de Abril
Reunião inter-associações militares (com a participação das ANS, OFA, ANCE e APA).
21 de Abril
Reunião em Sevilha, no âmbito do Convénio. Participaram AMARTE CIOFAS, de Espanha e ANS e AOFA de Portugal. ANS representada por L. Coelho, E. Balsa e F. Fontes.
20 de Maio
Encerramento da Convenção Nacional do BE. ANS representada por L. Coelho.
23 de Maio
Reunião inter-associações militares (com a participação das ANS, OFA, ASMIR, APA).
28 de Maio
Tomada de posse dos corpos sociais da ASFIC (Associação Sindical os Funcionários de Investigação Criminal) – Polícia Judiciária. ANS representada por L. Coelho.
30 de Maio
Colóquio no CSA, delegação do Feijó, subordinado ao tema "No is classes de sargentos na Marinha / Fusão de classes".
31 de Maio
Lançamento do livro de Dr. Bernardo Colaço e jornalista Carlos omes, "Sindicalismo na PSP – Medos e Fantasmas em Regime emocrático".
5 e 14 de Maio
Participação em dois colóquios promovidos pela AOFA, subordinados aos temas "EUROMIL" e "Alteração do Artº 31º da LDNFA", respectivamente. ●

Inacreditável!

Sargento punido por ter entregue documento a advogado num contexto de processo em tribunal

Foi com um sentimento de profunda injustiça que tomámos conhecimento da punição aplicada a um camarada por, tão só, ter pugnado pelo cumprimento dos regulamentos, pela salvaguarda da sua conduta e da sua dignidade, numa postura verdadeiramente exemplar e talvez por isso incompreendida.

O SAJ Fernando Valença, a prestar serviço na Base Aérea N.º 6, Montijo, na sequência de um processo de reclamação da avaliação do mérito, o qual, após vários atrasos processuais e envolvimento dos tribunais acabou por ter despacho favorável do Gen. CEMFA, foi alvo de um processo disciplinar movido pelo seu comandante, que o veio acusar de ter revelado um documento confidencial a um civil.

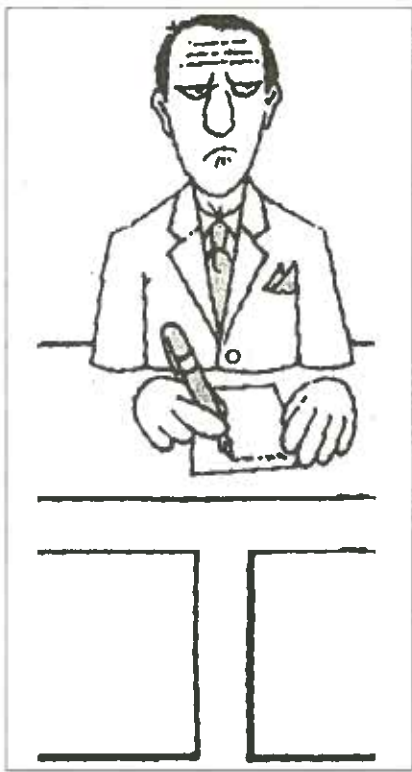
Este processo culminou numa punição sob a forma de repreensão simples. Convém, no

entanto, referir que o tal "documento confidencial" em causa é simplesmente o referido despacho do Gen CEMFA, que diz respeito ao próprio SAJ Valença e que o civil a quem foi entregue esse documento é a sua advogada de defesa!

Inacreditável, mas aconteceu, em Portugal, no ano de 2001 da era cristã...

É lamentável que se use e abuse do poder para manobras de coacção e de represália, que Freud bem soube explicar as suas profundas motivações.

Estas e outras situações análogas, sejam nas FFAA ou na GNR, motivadas por ódios inconscientes, recalcamientos e outros tipos de frustrações que alimentam mentalidades retrógradas têm de acabar, a bem da justiça, dos direitos cívicos e da legalidade democrática. Cabe ao poder político ter a coragem de pôr ordem na casa. ●



Actividade DESPORTIVA

Triatlo no Arripiado está cada vez mais forte

A secção de Triatlo/Duatlo da União Cultural Desportiva Arripiadense (UCDA), de Arripiado, no concelho da Chamusca, secção que é patrocinada pela ANS, na época passada participou, de forma brilhante e honrosa, em 26 provas em Portugal Continental e no Funchal.

Nessas 26 provas, ostentando as iniciais da Associação Nacional de Sargentos nas camisolas, participaram 115 atletas, obtendo a classificação no Ranking Nacional dos prémios Jorge Damas e José Luis Matos, de 13.º e 9.º classificado, respectivamente, entre 25 equipas. Em Espanha participaram no 2.º Triatlo Popular La Granadilla, que decorreu em Badajoz, onde os três representantes da UCDA se classificaram nos 6.º, 10.º e 13.º lugares.

1.º Triatlo do Arripiado

A UCDA vai organizar, em 11 de Agosto, o 1.º Triatlo do Arripiado, prova integrada no calendário nacional da modalidade e incluída no programa da Festa do Rio e das Aldeias.

Este ano, no dia 29 de Abril, disputou-se o IV Duatlo da Vila do Cadaval. Dos quase 200 atletas à partida chegaram à meta 168. Dos nove duatletas do Arripiadense chegaram ao final oito, pois o duatleta Nuno Sousa ficou com a corrente da sua bicicleta partida numa subida. O juvenil Gonçalo Lopes obteve o bri-



Equipa de triatlo da UCDA

lhante 2.º lugar no seu escalão e o 46.º lugar da geral. A classificação dos outros atletas ficou assim ordenada: 36.º Américo Pereira, 45.º Jorge Bento, 87.º Sebastião Fraústo, 100.º Zeferino Eloy, 115.º Alexandre Chambel, 139.º Jorge Vitorino, 148.º Martinho Seguro. Por

equipas, a UCDA classificou-se em 7.º lugar, entre as 23 equipas classificadas.

Entretanto, a UCDA participou, de forma honrosa, em 19 de Maio, no 1.º Triatlo de Caia, em Campo Maior. ●

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para benefício dos sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de **6\$00 por litro de qualquer combustível** é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "*Cepsa Team*". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de **20% em lubrificantes**, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSA.

A ANS enviou aos sócios, através dos Delegados, uma circular explicativa das condições de adesão, acompanhada da "**Proposta de Adesão**", a qual tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa e ser posteriormente autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas aos serviços da CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à secretaria da ANS, em Lisboa. ●

Pneus, peças e acessórios

■ **Recauchutagem Torrejana**, com descontos de 25% a 35% da tabela de revenda. Pagamento no acto de compra. Localização: Bairro do Nicho - Torres Novas
Tel. 249 822 515 / 249 822 161.

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, aos associados da ANS, nas seguintes condições: vendas na modalidade de V.D. (venda a dinheiro), com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Localização: **Entroncamento** - Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A - Tel: 249 725 649.

OBS.: Obrigatória apresentação do cartão de sócio da ANS junto das empresas. ●

→ Para obteres mais informação sobre estes e outros protocolos, nomeadamente, venda de **CARAVANAS, ALUGUER DE VIATURAS, ESCAPES AUTO, MEDICINA DENTÁRIA**, informa-te junto da ANS. ●

25 de Abril

ANS participou nas comemorações

No âmbito das comemorações do 27.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, a ANS esteve representada em diversas iniciativas. Assim, no dia 22 de Abril, a ANS esteve no almoço comemorativo realizado pela Associação Nacional dos Militarizados da Marinha - AN MM, representada pelo secretário da Direcção, José Pereira.

No dia 24 de Abril, a ANS esteve presente na inauguração da nova sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa, representada pelo presidente da Direcção, António Lima Coelho.

No mesmo dia, a ANS, representada pelo vice-presidente, Álvaro Martins, esteve no Porto de Honra comemorativo, levado a efeito pelo Clube Militar Naval.

No dia 26 de Abril, a ANS esteve num colóquio sobre o 25 de Abril, no Instituto Piaget em Viseu, em que fizeram parte da mesa, entre outros oradores, e em representação da ANS, o presidente da Direcção António Lima Coelho e o vice-presidente da Direcção Álvaro Martins.

A 28 de Abril, almoço comemorativo realizado

pela Associação dos Profissionais da Guarda (APG). A ANS esteve representada pelo vice-presidente da Direcção, Álvaro Martins.

No mesmo dia, no almoço comemorativo e sessão solene realizada pelo Clube do Sargento da Armada (CSA), a ANS esteve representada pelo presidente da Direcção, António L. Coelho.

Em 29 de Abril, no almoço comemorativo realizado pelo Clube de Praças da Armada (CPA), a ANS esteve representada, com muita honra, pelo nosso camarada José Barata, Sargento da Armada, e Comendador da Ordem da Liberdade.

De salientar que, a título pessoal diversos camaradas participaram no desfile comemorativo que se realizou entre o Marquês de Pombal e o Largo dos Restauradores, em Lisboa, no dia 25 de Abril, como forma de se solidarizarem com os dirigentes associativos da APG, alvo de processos disciplinares, acto igualmente praticado por dirigentes e membros de outras associações de militares e de forças de segurança. ●



Delegação da APG no desfile do 25 de Abril de 2001, em Lisboa

Plano ANS de Seguros

A ANS celebrou com diversas seguradoras, através da Decla, um corretor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente** para Sargentos sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (incluindo Assistência em Viagem e Protecção Jurídica)
Preços a partir de 26.689\$00/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
Preços a partir de 704\$00 por cada 1.000 contos
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica — trabalho à hora)
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
Intervenção Cirúrgica; Tratamentos; Medicamentos, etc;
Desconto superior a 50%
- ✓ **VIDA** (exclusivo para sócios da ANS, **incluindo missões no estrangeiro**)
Pagamento do capital garantido em caso de falecimento da pessoa segura, ao beneficiário designado, e no caso de pré-morte deste, ao cônjuge da pessoa segura não divorciado nem separado judicialmente

CONTACTA:

Sede da ANS: ☎ 21 815 49 66 (todas as 4^{as} fs., das 14H00 às 18H00);
Fax: 21 815 49 58 (todos os dias).

Paga menos pelos teus seguros, aderindo ao Plano da ANS

Para mais informações, recortar e enviar para a ANS, Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1900-088 Lisboa

Nome: _____ Nº sócio _____ (caso já seja)

Morada: _____

Telefone p/contacto: _____

✓ ou, consultar os Delegados da ANS ou a sua sede, pelo telefone 218 154 966 ou fax 218 154 958

Dirigente da ANS homenageado em Espanha

Da revista n.º 18, de Março de 2001, de CIOFAS (Círculo de Oficiais das Forças Armadas) de Espanha, retiramos o seguinte texto:

"Nomeação de Sócio Honorário

Na V Assembleia Geral realizada no passado dia 17 de Março, por proposta da Direcção e de acordo com o Artigo 4º dos nossos Estatutos, foi nomeado por unanimidade sócio honorário de CIOFAS, o membro da Associação Nacional de Sargentos (ANS), Sr. D. FERNANDO MANUEL GOMES FONTES, pela ajuda, colaboração e sobretudo pela amizade com que sempre tratou tanto os membros da nossa associação, como no passado a AMOEE. A Direcção quer aproveitar a ocasião para expressar o seu maior agradecimento e consideração ao Sr. Fontes, bem como o seu reconhecimento à Assembleia pelo apoio recebido."

Durante a reunião do Convénio realizada em Sevilha, em 21 de Abril passado, e após o intervalo para o almoço com que fomos presenteados pelas associações anfitriãs (AMARTE e CIOFAS), presenciámos um momento de grande significado na vertente associativa e de grande emoção na vertente humana, quando CIOFAS e AMOEE homenagearam o nosso camarada Fernando Fontes, concluindo na presença do próprio aquilo que tinha sido anteriormente decidido em Assembleia Geral.

Da vistosa placa oferecida por CIOFAS destacamos o texto nela gravado:



Fernando Fontes

"Em virtude do acordo adoptado pela V Assembleia Geral do dia 17 de Março de 2001, foi nomeado sócio honorário do Círculo de Oficiais das Forças Armadas (CIOFAS) o Senhor D. Fernando Manuel Gomes Fontes, membro da Associação Nacional de Sargentos (ANS), pela colaboração, consideração e sobretudo amizade com que distinguiu sempre tanto os membros da nossa associação como os da AMOEE.

Sevilha, 17 de Março de 2001"

A AMOEE fez a oferta de uma bonita moldura, sendo sobretudo de realçar a profunda emoção com que foram proferidos os sentidos discursos, quer do Presidente de CIOFAS, quer de Mary Angeles, ex-Presidente de AMOEE, emoção que contagiou toda a assembleia e que tornou inevitável que todos ficassemos com um vibrante, claro e elucidativo brilhoso nos olhos. ●



General Silva Viegas novo CEME

Foi empossado como Chefe do Estado-Maior do Exército, em 19 de Março, o General José Manuel da Silva Viegas. Na alocução proferida na cerimónia militar que assinalou o início do seu mandato, disse que, lê-se no Jornal do Exército, edição de Abril/2001, "o modelo de comando e direcção (...) está em mutação. Hoje, os militares dispõem de instrumentos e mecanismos de intervenção pessoal e defesa dos seus interesses que vão para além do papel tradicionalmente reservado à cadeia de comando. E não vale a pena ignorar esta realidade. O primeiro e decisivo passo para a resolução dos problemas é reconhecer a sua existência (...)"

E, a terminar, afirmou: "O futuro é dos que acreditam. Nós, Soldados de Portugal, acreditamos no futuro".

A Direcção da ANS pediu uma audiência ao novo CEME e aguarda resposta. ●

GRANDE JÚRI TSF

"Bispo dos militares defende direitos cívicos"

D. Januário Torgal Ferreira, foi agora, três anos depois de ter sido pedido, formalizado como «bispo das forças armadas». D. Januário defende a objecção de consciência e a greve como um direito cívico dos militares e das forças de segurança.

Nesta entrevista a Carlos Andrade e Carlos Magno, D. Januário defende a greve como um direito, também, para os cidadãos fardados. Na opinião deste bispo «o direito à greve é penoso, tem consequências lamentáveis. Mas as consequências são muito mais lamentáveis quando há um vulcão aceso ou latente, em que os direitos humanos podem ser desprezados», considera o Bispo das FA, Forças Armadas.

D. Januário questiona-se «porque não há um bispo para os operários, ou um bispo para os universitários», a questão já foi posta «a quem de direito» e a única formulação que convence este bispo é pensar que «os militares têm nas mãos as munições mais fortes que há no mundo» e os homens clérigos só podem estar nas fileiras «não pelo cumprimento do serviço militar mas vão entrar pela porta de um serviço evangelizador da paz», afirma o capelão-mor das FA.

A igreja católica em Portugal pensa «que já ganhou o campeonato» e está a utilizar formas «gastas e serôdias» até «na própria experiência pastoral que muitas vezes é feita de informalidade. Muitas vezes não há vontade no diálogo e na fala», salienta D. Januário.

Para o Bispo das FA os religiosos servem para «dar injeções de humanidade e de carinho» e não se deve passar tanto tempo «a salpicar com água benta, com todo o respeito para a água benta», conclui D. Januário. ●

in <http://www.tsfnoticias.com>
(12 de Maio)